

# Acordo de Definições

ENTRE

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Caixa - Banco de Investimento, S.A.

E

AdAz - Águas da Azambuja, S.A.

E

Aquapor - Serviços, S.A.

Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.

Luságua – Serviços Ambientais, S.A.

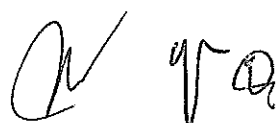
Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A.

Pragosa Ambiente, S.A.

**URÍA MENÉNDEZ**

 **VIEIRA DE ALMEIDA**  
& Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Lisboa, 8 de Maio de 2009



## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES.....</b>	<b>2</b>
<b>1. DEFINIÇÕES.....</b>	<b>2</b>
1.1. Definições.....	2
1.2. Remissões.....	23
1.3. Singular e plural.....	23
1.4. Enumeração exemplificativa.....	23
1.5. Epígrafes.....	23
<b>CAPÍTULO II - DECLARAÇÕES E GARANTIAS .....</b>	<b>24</b>
<b>2. DECLARAÇÕES E GARANTIAS .....</b>	<b>24</b>
2.1. Concessionária.....	24
2.2. Accionistas.....	24
<b>CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>3. CONDIÇÃO SUSPENSIVA .....</b>	<b>24</b>
3.1. Condição Suspensiva.....	24
3.2. Irretroactividade da condição.....	24
<b>4. INDEPENDÊNCIA DOS BANCOS .....</b>	<b>24</b>
4.1. Não solidariedade.....	24
4.2. Independência.....	24
<b>5. CÔMPUTO DO TERMO .....</b>	<b>24</b>
<b>6. ALTERAÇÕES - NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS .....</b>	<b>25</b>
6.1. Alterações.....	25
6.2. Não exercício de direitos.....	25
<b>7. CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL .....</b>	<b>25</b>
7.1. Concessionária.....	25
7.2. Bancos.....	25
7.3. Adesão.....	25
<b>8. SIGILO BANCÁRIO .....</b>	<b>26</b>
<b>9. COMUNICAÇÕES .....</b>	<b>26</b>
9.1. Forma.....	26
9.2. Banco Agente.....	26
9.3. Moradas e números de telecópia.....	26
<b>10. ANEXOS .....</b>	<b>26</b>
10.1. Anexos.....	26
10.2. Rubricas.....	26
<b>11. LEI APLICÁVEL. FORO .....</b>	<b>27</b>
11.1. Lei aplicável.....	27
11.2. Foro competente.....	27

## ANEXOS

Anexo I	: Acções
Anexo II	: Reembolso Antecipado Voluntário
Anexo III	: Condições de Cobertura do Risco de Taxa de Juro
Anexo IV	: Condições Suspensivas
Anexo V	: Declarações e Garantias
Anexo VI	: Direitos de Exercício Condicionado
Anexo VII	: Obrigações de Notificação
Anexo VIII	: Participações
Anexo IX	: Pedido de Utilização
Anexo X	: Procuração Irrevogável
Anexo XI	: Seguradoras
Anexo XII	: Seguros
Anexo XIII	: Comunicações
Anexo XIV	: Plano de Reembolso
Anexo XV	: Investimentos Autorizados
Anexo XVI	: Termos e Condições Gerais das Contas Bancárias
Anexo XVII	: Notificação de Opção
Anexo XVIII	: Notificação de Recompra
Anexo XIX	: Notificação de Revenda
Anexo XX	: Contrato de Emissão de Garantia Bancária

Lisboa, em 8 de Maio de 2009

## OS CONTRAENTES

Entre:

- I. **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, com o capital social de EUR 3.500.000.000,00 (três mil e quinhentos milhões de Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número de matrícula e pessoa colectiva 500 960 046, de aqui em diante designada abreviadamente por "**CGD**";
- II. **CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número de matrícula e pessoa colectiva 501 898 417, de aqui em diante designada abreviadamente por "**Caixa BI**";
- III. **ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, na Azambuja, com o capital social de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Azambuja, com o número de matrícula e pessoa colectiva 508 911 443, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Concessionária**";
- IV. **AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 293 -7.º, em Lisboa, com o capital social de EUR 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 503 913 758, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Aquapor**";
- V. **ECOBREJO - GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS E AMBIENTE, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Estrada do Tojal, Km 1, em Ferraria, Porto de Mós, com o capital social de EUR 1.000.000,00 (um milhão de euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto de Mós, com o número de matrícula e pessoa colectiva 507 069 544, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Ecobrejo**";
- VI. **LUSÁGUA – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Av. 5 de Outubro, 293, 7º piso, em Lisboa, com o capital social de EUR 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 507738950, de ora em diante designada por "**Luságua**";
- VII. **LUSÁGUA ALCANENA – GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.**, com sede em Santarém, na Rua do Monte Branco, n.º 136, Bugalhos, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Alcanena, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 501 834 273, com o capital social de € 600.000 (seiscentos mil Euros), adiante designada por "**Luságua Alcanena**";

VIII. **PRAGOSA AMBIENTE, S.A.**, com sede em Leiria, na Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria, Porto de Mós, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Porto de Mós, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 507 717 562, com o capital social de € 125.000 (cento e vinte cinco mil Euros), adiante designada por "**Pragosa Ambiente**".

É celebrado e reciprocamente aceite o presente acordo de definição integrado pelas cláusulas seguintes, que os Contraentes se obrigam a cumprir pontualmente e na íntegra:

## **CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES**

### **1. DEFINIÇÕES**

#### **1.1. Definições**

Na interpretação e integração dos Contratos Financeiros atender-se-á ao disposto na presente cláusula e, salvo se de modo diferente resultar expressamente dos seus textos, os termos e as expressões usados nos Contratos Financeiros iniciados por letra maiúscula e a seguir indicados (por ordem alfabética) têm o significado seguinte:

1. **Accionista Faltosa**: qualquer uma das Accionistas que não celebre o Contrato de Compra e Venda de Acções previsto no Contrato de Opção de Compra quando a tal esteja obrigada nos termos do mesmo.
2. **Accionistas**: a Aquapor, a Ecobrejo, a Luságua, a Luságua Alcanena e a Pragosa Ambiente.
3. **Acções**: as acções representativas do Capital Social identificadas no Anexo I (*Acções*), e bem assim, (i) todas as que vierem a ser emitidas depois da Data do Contrato de Financiamento, quer por novas entradas, quer por incorporação de reservas, que venham a ser subscritas e / ou recebidas por qualquer uma ou todas as Accionistas, (ii) todas as que qualquer uma ou todas as Accionistas venham, por qualquer forma ou por qualquer razão, a adquirir.
4. **Acções Aquapor**: as 7.498 (sete mil quatrocentas e noventa e oito) acções com o valor nominal de cinco euros cada, representativas do Capital Social, da titularidade da Aquapor, identificadas no Anexo I (*Acções*).
5. **Acções a Empenhar**: as Novas Acções (e respectivas Futuras Acções) objecto dos Contratos-Promessa de Penhor, constantes da Comunicação para Penhor Financeiro de Acções.
6. **Acções Ecobrejo**: as 2.499 (duas mil e quatrocentas e noventa e nove) acções com o valor nominal de cinco euros cada, representativas do Capital Social, da titularidade da Ecobrejo, identificadas no Anexo I (*Acções*).
7. **Acções Empenhadas**: as Acções, as Futuras Acções e as Novas Acções (incluindo respectivos Direitos Inerentes) a qualquer momento dadas em penhor financeiro a favor dos Bancos e do Banco Agente, nos termos do Contrato de Garantias.

8. **Acções Luságua:** 1 (uma) acção com o valor nominal de cinco euros, representativa do Capital Social, da titularidade da Luságua, identificada no Anexo I (*Acções*).
9. **Acções Luságua Alcanena:** 1 (uma) acção com o valor nominal de cinco euros, representativa do Capital Social, da titularidade da Luságua Alcanena, identificada no Anexo I (*Acções*).
10. **Acções Pragosa Ambiente:** 1 (uma) acção com o valor nominal de cinco euros, representativa do Capital Social, da titularidade da Pragosa Ambiente, identificada no Anexo I (*Acções*).
11. **Acordo de Definições:** o presente acordo de definições, nesta data celebrado entre a Concessionária, as Accionistas, os Bancos e o Banco Agente.
12. **Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios:** o acordo assim designado, celebrado nesta data entre as Accionistas e a Concessionária, ao abrigo do qual e nos termos e condições aí definidos, as Accionistas se obrigaram a realizar capital social e prestações acessórias de capital à Concessionária e no qual se regulam os Compromissos *Standby*.
13. **Acordo Directo Concedente:** o acordo assim designado, celebrado nesta data entre o Banco Agente, em nome e representação dos Bancos, e o Concedente.
14. **Acordo Directo da Aquapor:** o acordo assim designado, celebrado nesta data entre os Bancos e a Aquapor.
15. **Acordo Directo da Ecobrejo:** o acordo assim designado, celebrado nesta data entre os Bancos e a Ecobrejo.
16. **Acordo Directo da Empreitada:** o acordo assim designado, celebrado nesta data entre os Bancos e o Construtor.
17. **Acordo Directo da Luságua:** o acordo assim designado, celebrado nesta data entre os Bancos e a Luságua.
18. **Acordos Directos:** o Acordo Directo da Empreitada, o Acordo Directo Concedente, o Acordo Directo da Aquapor, o Acordo Directo da Ecobrejo e o Acordo Directo da Luságua.
19. **Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras:** o acordo assim designado nesta data celebrado entre a Concessionária e os Bancos relativo às regras de cálculo e projecções financeiras da Concessão.
20. **Ajustamento:** o processo de ajustamento do Preço da Opção de Compra, a realizar nos termos previstos na cláusula 10 (*Ajustamento*) do Contrato de Opção de Compra.
21. **Anterior Banco Agente:** um banco que tenha cessado as suas funções como Banco Agente, nos termos previstos no Contrato de Financiamento.

22. **Anterior Contraente:** um Banco que tenha cedido uma parte, ou a totalidade, do crédito ou da posição contratual que para ele decorre do Contrato de Financiamento, nos termos nele referidos.
23. **Auditores Externos:** a Ernst & Young ou outra empresa de auditoria que a venha a substituir para os efeitos da cláusula 17. (*Obrigações Financeiras*) do Contrato de Financiamento.
24. **Banco Agente:** o Caixa BI.
25. **Banco Depositário:** a CGD.
26. **Bancos:** a CGD, o Caixa BI, bem como qualquer outro banco ou instituição de crédito a quem qualquer um dos Bancos venha a ceder, parte ou totalidade da posição contratual decorrente do presente Acordo de Definições e dos demais Contratos Financeiros, nos termos e condições neles previstos.
27. **Bancos de Referência:** os cinco principais bancos com sede em Portugal, considerando-se, na Data de Assinatura, a CGD, o Banco Espírito Santo, S.A., o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A. e o Banco Santander Totta, S.A.
28. **Bancos Iniciais:** a CGD e o Caixa BI, em conjunto.
29. **Bens a Empenhar:** todos e quaisquer bens que integrem ou venham a integrar o Capital Fixo da Concessionária e que possam ser dados em penhor.
30. **Bens a Hipotecar:** os Imóveis indicados numa Comunicação de Hipoteca nos termos da cláusula 12.1 (*Promessa de Hipoteca*) do Contrato de Garantias.
31. **Bens Empenhados:** qualquer um e todos os Bens a Empenhar que estejam, a cada momento, dados em penhor a favor dos Bancos e do Banco Agente nos termos do Contrato de Garantias ou em cumprimento do aí estabelecido.
32. **Bens Hipotecados:** os bens hipotecados a favor dos Bancos e do Banco Agente nos termos da respectiva Hipoteca, outorgada em cumprimento do estabelecido no Contrato de Garantias.
33. **Bens Onerados:** os bens a cada momento dados em penhor ou em penhor financeiro a favor dos Bancos e do Banco Agente nos termos do Contrato de Garantias.
34. **Capital Fixo:** o imobilizado corpóreo e incorpóreo da Concessionária, tal como definido no POC.
35. **Capital Social:** o capital social da Concessionária, efectivamente subscrito e realizado nos termos legais e estatutários.
36. **Cartas de Comissões:** as cartas dirigidas à Concessionária e por esta aceites, nas quais se estipula o montante e prazo de pagamento de diversas comissões e contrapartidas devidas pela Concessionária aos Bancos e ao Banco Agente pelos serviços prestados nos termos nelas referidos.

37. **Cashflow Antes do Serviço da Dívida:** a diferença entre:

- (a) A soma dos montantes recebidos ou, no caso de projecções, a receber pela Concessionária durante o(s) Período(s) de Cálculo em causa, incluindo:
  - (i) recebimentos decorrentes da actividade da Concessionária,
  - (ii) recebimentos de montantes decorrentes da realização de Fundos Próprios de Accionistas,
  - (iii) juros sobre as Contas Bancárias ou sobre aplicações financeiras,
  - (iv) recebimentos de seguros relativos à interrupção de negócios,
  - (v) montantes em excesso na Conta de Reserva de Serviço da Dívida,
  - (vi) compensações do Concedente resultantes da reposição de equilíbrio económico-financeiro da Concessão,
  - (vii) montantes recebidos em virtude da execução de garantias dos Contratos do Projecto,
  - (viii) reembolso de impostos (IVA e impostos sobre o rendimento) resultantes da actividade da Concessionária,
  - (ix) restantes recebimentos da Concessionária, mas com expressa exclusão dos montantes utilizados ao abrigo do Contrato de Financiamento;

e

- (b) A soma dos montantes pagos ou, no caso de projecções, a pagar pela Concessionária durante o(s) Período(s) de Cálculo em causa, com excepção dos montantes devidos ao abrigo da Dívida Sénior e da Dívida Subordinada, incluindo:
  - (i) pagamentos decorrentes da operação, administração e manutenção da Concessão e da Concessionária, bem como custos com pessoal efectuado ou a efectuar no âmbito de orçamentos de exploração,
  - (ii) prémios dos seguros relativos a operação e manutenção,
  - (iii) pagamento de impostos e taxas (IVA e impostos sobre o rendimento) resultantes da actividade da Concessionária,
  - (iv) créditos efectuados na Conta de Reserva do Serviço da Dívida;
  - (v) créditos efectuados na Conta de Reserva Caução;
  - (vi) investimentos pagos em Capital Fixo no âmbito do Plano de Investimentos ou do Caso Base.



38. **Caso Base:** o conjunto de pressupostos e projecções constantes do Modelo Financeiro à Data do Contrato de Financiamento.
39. **Caução da Concessão:** a garantia bancária emitida e entregue pelo Caixa BI, nos termos do Contrato de Emissão de Garantia Bancária, a pedido e por conta da Concessionária a favor do Concedente, destinada a garantir o cumprimento das suas obrigações ao abrigo do Contrato de Concessão.
40. **Caução da Empreitada:** todas as garantias bancárias ou seguros caução emitidos a pedido e por conta do Construtor a favor da Concessionária, incluindo os respectivos reforços, destinados a garantir o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Construção.
41. **Cessão de Créditos da Concessionária:** a cessão de créditos com escopo de garantia efectuada pela Concessionária a favor dos Bancos, nos termos e condições previstos no Capítulo VII (*Cessão de Créditos com Escopo de Garantia*) do Contrato de Garantias.
42. **Cessão de Créditos das Accionistas:** a cessão de créditos com escopo de garantia efectuada pelas Accionistas a favor dos Bancos, nos termos e condições previstos no Capítulo VII (*Cessão de Créditos com Escopo de Garantia*) do Contrato de Garantias.
43. **Código VM:** o *Código dos Valores Mobiliários*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, tal como alterado.
44. **Comissão de Caução da Concessão:** a comissão devida pela emissão da Caução da Concessão referida na cláusula 34.1 (*Comissão da Caução da Concessão*) do Contrato de Financiamento.
45. **Comissão de Estruturação e Montagem:** a comissão devida pela Concessionária aos Bancos, constante das Cartas de Comissões.
46. **Comissão de Imobilização:** a comissão de imobilização do Empréstimo, referida na cláusula 33.1 (*Comissão de Imobilização*) do Contrato de Financiamento.
47. **Comissão do Banco Agente:** a comissão devida pela Concessionária ao Banco Agente, constante das Cartas de Comissões.
48. **Comissões:** a Comissão de Estruturação e Montagem, a Comissão de Imobilização, a Comissão de Caução da Concessão e a Comissão do Banco Agente.
49. **Compensações:** todos e quaisquer montantes recebidos pela Concessionária, a título de compensação ou indemnização: (a) por força de prejuízos sofridos no âmbito de qualquer um dos Contratos do Projecto ou resultantes da reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão; (b) paga por terceiro, a qualquer título, em resultado da modificação, supressão, inibição ou restrição de direitos da Concessionária; (c) paga ao abrigo dos Seguros.
50. **Compromissos Standby:** os montantes que as Accionistas se obrigaram a disponibilizar à Concessionária, em caso de eventual insuficiência de cobertura das necessidades de financiamento da Concessão, no valor máximo de 5 (cinco) por cento do valor do Plano

de Investimentos da Concessionária, nos termos estabelecidos no Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios.

51. **Comunicação de Hipoteca:** a comunicação enviada pelos Bancos ou pelo Banco Agente à Concessionária para celebração de Hipoteca sobre os Bens a Hipotecar, nos termos da cláusula 13 (*Promessa de Hipoteca*) do Contrato de Garantias.
52. **Comunicação de Penhor de Equipamento:** a comunicação enviada pelos Bancos e / ou pelo Banco Agente à Concessionária, nos termos da cláusula 8 (*Promessa de Penhor de Equipamento*) do Contrato de Garantias, para o penhor dos Bens a Empenhar, em cumprimento do estipulado no Contrato de Garantias.
53. **Comunicação para Penhor Financeiro de Acções:** a comunicação enviada pelos Bancos e / ou pelo Banco Agente ao titular das Acções a Empenhar, nos termos da cláusula 4 (*Promessa de Penhor Financeiro de Acções*) do Contrato de Garantias, informando quais as Novas Acções (e respectivas Futuras Acções) que os Bancos e o Banco Agente pretendem que lhes sejam dadas em penhor financeiro, nos termos e para os efeitos do Contrato de Garantias.
54. **Comunicações de Reembolso Antecipado Voluntário:** a comunicação de reembolso antecipado voluntário de parte ou totalidade do Empréstimo, nos termos da cláusula 25 (*Reembolso Antecipado Voluntário*) do Contrato de Financiamento, elaborada em termos substancialmente idênticos aos constantes do Anexo II (*Reembolso Antecipado Voluntário*).
55. **Concedente:** o Município de Azambuja, parte no Contrato de Concessão.
56. **Concessão:** a concessão da exploração e gestão conjunta dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos do Município de Azambuja atribuída em regime de exclusividade à Concessionária, bem como a execução das obras constantes do Plano de Investimentos da Concessionária, e de recolha, transporte e encaminhamento adequado de águas residuais provenientes de fossas particulares, domésticas e industriais, tudo nos termos do Contrato de Concessão.
57. **Construtor:** a Construções Pragosa, S.A.
58. **Consultor Jurídico:** a Uría Menéndez.
59. **Consultor Técnico:** a entidade que como tal venha a ser designada pelos Bancos, com a prévia aprovação escrita da Concessionária.
60. **Consultores Independentes:** as entidades que actuaram como consultores previamente à celebração dos Contratos Financeiros e / ou durante a Fase de Construção, incluindo o Consultor Técnico, o consultor de seguros, os consultores jurídicos, incluindo o Consultor Jurídico.
61. **Conta de Compensações:** a conta de disponibilidades monetárias n.º 0171698275830, aberta em nome da Concessionária nos livros do Banco Depositário, identificada na

cláusula 2.1 (*Abertura de contas*) do Contrato de Depósito Bancário, nos termos e para os efeitos nele previstos.

62. **Conta de Distribuição:** a conta de disponibilidades monetárias n.º 0171698276630, aberta em nome da Concessionária nos livros do Banco Depositário, identificada na cláusula 2.1 (*Abertura de contas*) do Contrato de Depósito Bancário, nos termos e para os efeitos nele previstos.
63. **Conta de Pequenas Despesas:** a conta de pequenas despesas n.º 0171698277430, aberta em nome da Concessionária nos livros do Banco Depositário, identificada na cláusula 2.1 (*Abertura de contas*) do Contrato de Depósito Bancário, nos termos e para os efeitos nele previstos.
64. **Conta de Receitas:** a conta de disponibilidades monetárias n.º 0171698304530, aberta em nome da Concessionária nos livros do Banco Depositário, identificada na cláusula 2.1 (*Abertura de contas*) do Contrato de Depósito Bancário, nos termos e para os efeitos nele previstos.
65. **Conta de Reserva Caução:** a conta de reserva caução n.º 0171698278230, aberta em nome da Concessionária nos livros do Banco Depositário, identificada na cláusula 2.1 (*Abertura de contas*) do Contrato de Depósito Bancário, nos termos e para os efeitos nele previstos.
66. **Conta de Reserva de Serviço da Dívida:** a conta de disponibilidades monetárias n.º 0171698279030, aberta em nome da Concessionária nos livros do Banco Depositário, identificada na cláusula 2.1 (*Abertura de contas*) do Contrato de Depósito Bancário, nos termos e para os efeitos nele referidos.
67. **Conta de Reserva do Plano de Investimentos:** a conta de disponibilidades monetárias n.º 0171698280430, aberta em nome da Concessionária nos livros do Banco Depositário, identificada na cláusula 2.1 (*Abertura de contas*) do Contrato de Depósito Bancário, nos termos e para os efeitos nele referidos.
68. **Contas Bancárias:** as contas abertas unicamente em nome da Concessionária nos livros do Banco Depositário, nos termos do Contrato de Depósito Bancário, identificadas na sua cláusula 2.1 (*Abertura de contas*).
69. **Contas da Sociedade:** as Demonstrações Financeiras anuais e semestrais da Concessionária, em conjunto com a documentação prevista entregar ao Banco Agente, nos termos da cláusula 15 (*Obrigações de Informação Financeira*) do Contrato de Financiamento.
70. **Contraentes:** com referência a cada um dos Contratos Financeiros e a cada um dos Contratos de Projecto as entidades que, em cada um deles, figurem como contraentes ou que a cada um desses contratos venham a aderir nos termos e condições neles estabelecidos.

71. **Contrapartes:** as pessoas, partes em cada um dos Contratos Financeiros ou em cada um dos Contratos do Projecto, com excepção da Concessionária, dos Bancos e do Banco Agente.
72. **Contrato de Cobertura do Risco de Taxa de Juro:** o contrato de cobertura do risco de subida de taxa de juro, a celebrar pela Concessionária, nos termos e condições da cláusula 13 (*Cobertura de Risco de Taxa de Juro*) do Contrato de Financiamento e do Anexo III (*Condições de Cobertura do Risco de Taxa de Juro*).
73. **Contrato de Compra e Venda de Acções:** o contrato de compra e venda das Acções, resultante do exercício da Opção de Compra pelos Bancos, referido na cláusula 8 (*Contrato de Compra e Venda de Acções*) do Contrato de Opção de Compra.
74. **Contrato de Concessão:** o contrato de concessão da exploração e gestão conjunta dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos do Município de Azambuja, celebrado nesta data entre a Concessionária e o Concedente.
75. **Contrato de Construção:** o contrato entre a Concessionária e o Construtor, tendo por objecto a concepção, projecto e construção de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária, nos termos e para os efeitos do Contrato de Concessão e do Contrato de Financiamento.
76. **Contrato de Depósito Bancário:** o contrato de abertura e movimentação de contas bancárias, nesta data celebrado entre a Concessionária, o Banco Depositário e os Bancos.
77. **Contrato de Emissão de Garantia Bancária:** o contrato de emissão de garantia bancária celebrado a 7 de Abril de 2009 entre o Banco Agente, a Concessionária, a Aquapor, a Ecobrejo e a Águas do Vouga, Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, S.A., nos termos do qual o Banco Agente emitiu e entregou à Concessionária a Caução da Concessão.
78. **Contrato de Financiamento:** o contrato de abertura de crédito, celebrado entre os Bancos e a Concessionária na presente data.
79. **Contrato de Fornecimento de Água:** o contrato de fornecimento de água “em alta” celebrado entre a Águas do Oeste, S.A. e o Município de Azambuja, que cederá a sua posição contratual a favor da Concessionária, após celebração do Contrato de Concessão.
80. **Contrato de Garantias:** o contrato de constituição e promessa de constituição de garantias celebrado nesta data entre a Concessionária, as Accionistas e os Bancos, bem como os contratos que, em execução dessas promessas venham a ser celebrados com vista à constituição das respectivas garantias.
81. **Contrato de Opção de Compra:** o contrato de opção de compra das Acções celebrado nesta data entre a Concessionária, as Accionistas e os Bancos.

82. **Contrato de Penhor de Equipamento:** cada contrato de penhor de Bens a Empenhar, celebrado em cumprimento da respectiva promessa nos termos da cláusula 8 (*Promessa de Penhor de Equipamento*) do Contrato de Garantias.
83. **Contrato de Penhor Financeiro das Contas Bancárias:** o contrato de penhor financeiro do Saldo Disponível das Contas Bancárias, decorrente do Capítulo III (*Contrato de Penhor Financeiro das Contas Bancárias*) do Contrato de Garantias.
84. **Contrato de Penhor Financeiro de Acções:** o contrato de penhor financeiro de Acções e cada contrato de penhor financeiro de Acções constante ou resultante da respectiva promessa nos termos do Capítulo II (*Penhor Financeiro e Promessa de Penhor Financeiro de Acções*) do Contrato de Garantias.
85. **Contrato de Recolha:** o contrato de recolha de efluentes celebrado entre a sociedade Águas do Oeste, S.A. e o Município de Azambuja, que cederá a sua posição contratual a favor da Concessionária, após celebração do Contrato de Concessão;
86. **Contrato de Recompra:** o contrato de compra e venda das Acções, Novas Acções e Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes), resultante do exercício da Opção de Recompra ou da Opção de Revenda.
87. **Contrato do Banco Agente:** o acordo de prestação de serviços e de mandato com representação, celebrado entre os Bancos e o Banco Agente, constante do Contrato de Financiamento.
88. **Contratos de Assistência Técnica:** os contratos de assistência técnica e disponibilização de serviços e equipamentos celebrados nesta data entre a Concessionária e a Aquapor e entre a Concessionária e a Ecobrejo, respectivamente.
89. **Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva, Correctiva e Assistência Técnica de Equipamento Electromecânicos:** o contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica de equipamento celebrado entre a Concessionária e a Luságua.
90. **Contratos de Penhor:** os contratos de penhor e de penhor financeiro constituídos no âmbito dos Contratos Financeiros, incluindo o Contrato de Penhor de Equipamento, o Contrato de Penhor Financeiro das Contas Bancárias, o Contrato de Penhor Financeiro das Acções, conjuntamente considerados.
91. **Contratos do Projecto:** o Contrato de Concessão, o Contrato de Construção, os Contratos de Assistência Técnica, o Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Assistência Técnica de Equipamento, os Seguros, o Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios, o Contrato de Fornecimento de Água, o Contrato de Recolha, as Garantias Bancárias, a Caução da Empreitada e qualquer outro que o Banco Agente e a Concessionária venham, em conjunto e por escrito, a designar como tal.
92. **Contratos Financeiros:** o Contrato de Financiamento, o Acordo de Definições, o Contrato de Cobertura de Risco de Taxa de Juro, os Acordos Directos, o Contrato de Depósito Bancário, o Contrato de Garantias, o Acordo sobre Regras de Cálculo e

Projeções Financeiras, o Contrato de Opção de Compra, as Cartas de Comissões, a Caução da Concessão e qualquer outro contrato ou documento que o Banco Agente e a Concessionária venham, em conjunto e por escrito, a designar como tal.

93. **Contratos-Promessa de Penhor:** os contratos-promessa de constituição de penhor e de penhor financeiro celebrados entre a Concessionária, as Accionistas e os Bancos, nos termos do Contrato de Garantias.
94. **Créditos Cedidos:** os Créditos da Concessionária e os Créditos das Accionistas, em conjunto.
95. **Créditos da Concessionária:** os Créditos Emergentes do Contrato de Concessão, Créditos Emergentes do Contrato de Construção, Créditos Emergentes dos Fundos Próprios, Créditos Emergentes da Caução da Empreitada, Créditos Emergentes das Garantias Bancárias, os Créditos Emergentes dos Seguros, os Créditos Emergentes dos Contratos de Assistência Técnica e os Créditos Emergentes do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Assistência Técnica de Equipamento.
96. **Créditos das Accionistas:** todos e quaisquer direitos de crédito futuros, seja qual for a sua natureza, de que as Accionistas sejam titulares sobre a Concessionária pela realização de suprimentos à Concessionária ou como forma de remuneração do capital accionista (com excepção dos que se qualifiquem como Direitos Inerentes), incluindo nos termos do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios.
97. **Créditos Emergentes da Caução da Empreitada:** todos e quaisquer direitos de crédito (seja qual for a sua natureza), presentes ou futuros de que a Concessionária seja titular derivados da Caução da Empreitada.
98. **Créditos Emergentes das Garantias Bancárias:** todos e quaisquer direitos de crédito (seja qual for a sua natureza), presentes ou futuros de que a Concessionária seja titular relativamente às Garantias Bancárias.
99. **Créditos Emergentes dos Contratos de Assistência Técnica:** todos e quaisquer direitos de crédito (seja qual for a sua natureza), presentes ou futuros de que a Concessionária seja titular sobre a Aquapor e / ou a Ecobrejo, derivados dos Contratos de Assistência Técnica.
100. **Créditos Emergentes do Contrato de Concessão:** todos e quaisquer direitos de crédito de que a Concessionária seja titular sobre o Concedente, nessa qualidade, (excepto os créditos decorrentes do fornecimento de água e da prestação de serviços pela Concessionária).
101. **Créditos Emergentes do Contrato de Construção:** todos e quaisquer direitos de crédito (seja qual for a sua natureza), de que a Concessionária seja titular sobre o Construtor ao abrigo do Contrato de Construção.
102. **Créditos Emergentes do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Assistência Técnica de Equipamento:** todos e quaisquer direitos de crédito, seja qual for a sua natureza, presentes ou futuros, incluindo, sem limitação, o

direito de receber indemnizações, compensações ou reembolsos em dinheiro, que para a Concessionária resultem ou venham a resultar do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Assistência Técnica de Equipamento.

103. **Créditos Emergentes dos Fundos Próprios:** todos e quaisquer direitos de crédito (seja qual for a sua natureza), presentes ou futuros de que a Concessionária seja titular sobre as Accionistas, derivados da realização de Fundos Próprios de Accionistas.
104. **Créditos Emergentes dos Seguros:** todos e quaisquer direitos de crédito, seja qual for a sua natureza, presentes ou futuros, incluindo, sem limitação, o direito de receber indemnizações, compensações ou reembolsos em dinheiro, que para a Concessionária resultem ou venham a resultar dos Seguros.
105. **Custos de Investimento Adicionais:** os custos com os investimentos não previstos no Plano de Investimentos, referidos na cláusula 18 (*Investimentos Adicionais*) do Contrato de Financiamento.
106. **Custos do Projecto:** as despesas a efectuar pela Concessionária no âmbito da sua actividade corrente, do tipo e natureza das rubricas constantes do Orçamento Anual, incluindo: (a) pagamentos ao abrigo do Contrato de Construção, bem como pagamento de outros investimentos previstos no Plano de Investimentos; (b) honorários e despesas a pagar pela Concessionária, respeitantes a quaisquer licenças ou autorizações necessárias ou convenientes no âmbito da Concessão; (c) outros investimentos necessários ao funcionamento da Concessão; (d) pagamentos ao abrigo do Contrato de Fornecimento de Água; (e) custos e despesas de operação e manutenção, incluindo encargos de conservação corrente e extraordinária, e despesas com o pessoal; (f) impostos, taxas ou qualquer outro encargo de natureza fiscal ou para-fiscal (incluindo IVA); (g) despesas, encargos ou pagamentos ao abrigo dos (ou relacionados com os) Contratos Financeiros; (h) custos incorridos com a preparação, estruturação e apresentação da proposta, com o desenvolvimento da mesma ao longo do procedimento concursal e quaisquer outros custos com este relacionados até à assinatura do Contrato de Concessão, incluindo honorários e despesas de consultores; (i) imposto do selo devido por força da celebração dos Contratos Financeiros, e (j) prémios respeitantes aos Seguros.
107. **Data de Cálculo:** a data prevista na cláusula 4.1 (*Data de Cálculo*) do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.
108. **Data de Entrada em Vigor:** o momento a partir do qual os Contratos Financeiros passam a produzir efeitos após a emissão pelo Banco Agente da Declaração de Verificação.
109. **Data de Pagamento de Juros:** o último dia de cada Período de Contagem de Juros.
110. **Data de Referência:** o dia 31 de Dezembro e o dia 30 de Junho, imediatamente anteriores às Datas de Cálculo.
111. **Data de Refinanciamento:** a data correspondente ao termo do sexto ano após a Data de Entrada em Vigor.



112. **Data de Reporte:** a data de recepção pelo Banco Agente do último dos documentos referidos no ponto 1 do Anexo IV (*Condições Suspensivas*), data a que se reporta a Declaração de Verificação.
113. **Data do Contrato de Financiamento:** o momento da celebração do Contrato de Financiamento.
114. **Data do Reembolso:** a data do reembolso integral do capital mutuado nos termos da Tranche A, prevista para 31 de Dezembro de 2026.
115. **Declaração de Verificação:** a declaração emitida pelo Banco Agente confirmando que todas as condições suspensivas do Empréstimo, constantes do ponto 1 do Anexo IV (*Condições Suspensivas*) se encontram verificadas, a emitir pelo Banco Agente o mais tardar no terceiro Dia Útil após a Data de Reporte.
116. **Declarações e Garantias:** as declarações e garantias prestadas pela Concessionária e pelas Accionistas, constantes do Anexo V (*Declarações e Garantias*).
117. **Demonstrações Financeiras:** as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da Concessionária, incluindo todos os respectivos anexos.
118. **Desembolso:** um desembolso da Tranche A nos termos e condições previstos no Contrato de Financiamento.
119. **Despesas e Encargos:** tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 35.1 (*Despesas e Encargos*) do Contrato de Financiamento.
120. **Devedores:** as pessoas ou entidades que, em qualquer momento, tenham uma obrigação pecuniária no âmbito dos Créditos da Concessionária.
121. **Dia Útil:** qualquer dia em que os bancos e os mercados financeiros estejam abertos nos concelhos de Azambuja e Lisboa.
122. **Dias Úteis TARGET2:** os dias em que o Sistema Automático de Pagamentos em Tempo Real Transeuropeu, designado por *Target2*, esteja em funcionamento.
123. **Diferendos:** os diferendos resultantes da não aceitação pelos Bancos e / ou pela Concessionária da Proposta de Alteração de Pressupostos, de acordo com o disposto no Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.
124. **Direitos de Exercício Condicionado:** todos os direitos listados no Anexo VI (*Direitos de Exercício Condicionado*), cujo exercício pela Concessionária será efectuado unicamente nos termos e condições previstos no Contrato de Financiamento.
125. **Direitos Inerentes:** todos os direitos emergentes das Acções, incluindo, direitos de crédito decorrentes de prestações acessórias e / ou suplementares efectuadas pelas titulares das Acções, direitos de incorporação, direitos de subscrição ou quaisquer outros direitos que permitam a subscrição ou a aquisição de participações sociais representativas do capital social da Concessionária, direito aos dividendos e direito de voto inerentes a cada uma dessas acções.



126. **Disponibilidades de Caixa:** a soma do saldo da Conta de Receitas e do saldo da Conta de Pequenas Despesas.
127. **Direito de Opção de Compra:** o direito (com reserva de nomeação da Entidade Controlada) dos Bancos comprarem as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções, ao abrigo do Contrato de Opção de Compra.
128. **Distribuições:** o pagamento de parte ou totalidade da Dívida Subordinada, bem como toda e qualquer distribuição de bens sociais a accionistas da Concessionária, ainda que a título de distribuição de lucros de exercício ou de reservas, reembolso de empréstimos ou de pagamento dos respectivos juros ou qualquer pagamento ou outra forma de distribuição de fundos a accionistas da Concessionária, nessa qualidade, incluindo qualquer outra forma de distribuição de bens ou valores decorrentes da detenção das acções representativas do Capital Social (incluindo qualquer pagamento por força de redução do capital, amortização de acções ou aquisição de acções próprias pela Concessionária).
129. **Dívida Financeira:** qualquer dívida com origem em: (a) saldos a débito de instituições financeiras ou montantes tomados de empréstimo junto de instituições financeiras ou similares, independentemente da forma como se encontram titulados; (b) letras, livranças ou outros créditos documentários; (c) cessão ou apresentação a desconto de créditos, sempre que exista a possibilidade de recurso para o cedente em caso de não cobrança do crédito cedido; (d) *swap* de taxa de juro ou divisas, *caps*, *collars*, *floors* ou qualquer outra transacção de natureza semelhante; (e) operações cujo objectivo e resultado imediato seja a obtenção de financiamento, mas com excepção de créditos de fornecedores, desde que não remunerados.
130. **Dívida Sénior:** todos os montantes devidos pela Concessionária aos Bancos nos termos dos Contratos Financeiros, incluindo Comissões, juros e capital.
131. **Dívida Subordinada:** os montantes devidos pela Concessionária às Accionistas, aportados por estas nessa qualidade, a título de prestações acessórias, prestações suplementares, suprimientos ou outros empréstimos accionistas, acrescidos de juros daí decorrentes.
132. **DL 29.833:** o Decreto-Lei n.º 29.833, de 17 de Agosto de 1939.
133. **Efeito Adverso Relevante:** um determinado evento ou circunstância cuja ocorrência:
- (a) Objectivamente ou, nos restantes casos, na opinião razoável dos Bancos afecte de forma negativa e substancial o cumprimento pela Concessionária das obrigações, pecuniárias ou não pecuniárias, que para ela decorrem dos Contratos Financeiros;
  - (b) Objectivamente ou, nos restantes casos, na opinião razoável dos Bancos afecte de forma negativa e substancial o exercício pelos Bancos dos direitos que para eles decorrem dos Contratos Financeiros.

134. **Empréstimo:** a Tranche A e a Tranche B, que, em conjunto, representam o montante total do empréstimo concedido pelos Bancos à Concessionária, nos termos do Contrato de Financiamento e para os efeitos aí referidos.
135. **Entidade Controlada:** a sociedade em relação dominada pelos Bancos que vier a ser por estes nomeada, nos termos e para os efeitos previsto na cláusula 3 (*Contrato para Pessoa a Nomear*) do Contrato de Opção de Compra ou para os efeitos da cláusula 6. (*Step In*) dos Acordos Directos.
136. **Escritura de Hipoteca:** cada escritura pública de constituição de hipoteca, a celebrar nos termos e para os efeitos do Contrato de Garantias, em execução da promessa de hipoteca constante da cláusula 12.1 (*Promessa de Hipoteca*) do mesmo.
137. **Euribor:** a média aritmética simples das cotações diárias das taxas de depósitos interbancários, para prazo de 1 (um) mês, 3 (três) meses ou de 6 (seis) meses, denominados em Euros, oferecidas na Zona da União Económica e Monetária por bancos de primeira linha, na base Actual/360, divulgada 2 (dois) Dias Úteis TARGET2 antes do início de cada Período de Contagem de Juros, na página 248 do *Telerate Screen* (ou outra página que a substitua), cerca das 11:00 (onze) horas de Bruxelas, arredondada à milésima. Caso para determinado Período de Contagem de Juros, a Euribor não seja divulgada nos termos e condições aqui previstos, será utilizada a Taxa Bancos de Referência.
138. **Excesso de Cashflow:** o Cashflow Antes do Serviço da Dívida deduzido do Serviço da Dívida do Período de Cálculo anterior à Data de Cálculo em causa.
139. **Fase de Construção:** o período de construção das Obras, que se inicia na Data de Entrada em Vigor e termina com a finalização das obras previstas no Contrato de Construção, o que se prevê que ocorra num prazo de 42 (quarenta e dois) meses.
140. **Fase de Exploração:** o período que se inicia com o final da Fase de Construção e que termina no final da Concessão.
141. **Força Maior:** Os actos de guerra, terrorismo, subversão, epidemias, ciclones, tremores de terra, fogo, raios, inundações e greves gerais ou sectoriais;
142. **Fundos Próprios:** o capital social realizado da Concessionária, acrescido de prestações acessórias, prestações suplementares e suprimentos, subordinados à Dívida Sénior.
143. **Fundos Próprios Adicionais:** os fundos adicionais previstos na cláusula 6. (*Obrigações de Financiamento de Contingência*) do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios.
144. **Fundos Próprios de Accionistas:** todos os montantes já realizados ou a realizar pelas Accionistas, nos termos e para os efeitos do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios.
145. **Futuras Acções:** todas e quaisquer acções representativas do capital social da Concessionária, emitidas em consequência de um aumento de capital social por incorporação de reservas.

146. **Garantias:** as garantias constituídas ou prometidas constituir nos termos e para os efeitos do Contrato de Garantias.
147. **Garantias Bancárias:** as garantias emitidas a favor da Concessionária a pedido das Accionistas no âmbito e para os efeitos do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios, por forma a assegurar a realização dos Fundos Próprios de Accionistas previstos no referido Acordo.
148. **Hipoteca:** cada hipoteca prometida constituir nos termos e para os efeitos do Contrato de Garantias.
149. **Imóveis:** todo e qualquer imóvel ou móvel sujeito a registo adquirido pela Concessionária desde a Data do Contrato de Financiamento, susceptível de ser dado de hipoteca nos termos do Contrato de Concessão.
150. **Informação de Revogação:** a declaração de revogação do Contrato do Banco Agente referida na cláusula 39.4 (*Substituição do Banco Agente*) do Contrato de Financiamento.
151. **Infra-Estruturas:** as redes públicas de abastecimento de água, as redes públicas de saneamento, os ramais de ligação e todas as construções e equipamentos integrados nos Sistemas (conforme definido no Contrato de Concessão), tais como reservatórios, adutores, emissários, estações de tratamento e estações elevatórias previstas construir no âmbito do Plano de Investimentos.
152. **Investimentos Adicionais:** os investimentos referidos na cláusula 18 (*Investimentos Adicionais*) do Contrato de Financiamento.
153. **Investimentos Autorizados:** os investimentos que a Concessionária está autorizada a efectuar, identificados no Anexo XV (*Investimentos Autorizados*).
154. **IVA:** o Imposto sobre o Valor Acrescentado ou outro que o substitua.
155. **Levantamentos:** os movimentos a débito - seja qual for a forma que os mesmos possam revestir - das Contas Bancárias, efectuados pela Concessionária ou pelo Banco Depositário, nos termos e para os efeitos do Contrato de Depósito Bancário.
156. **Margem:** tem o significado que lhe é dado na cláusula 11 (*Margem*) do Contrato de Financiamento.
157. **Modelo Financeiro:** o modelo informático elaborado pela F9 Consulting - Consultores Financeiros, S.A. e aprovado pela Concessionária que inclui as projecções económicas e financeiras, bem como os respectivos Pressupostos e as condições expectáveis da evolução da Concessão, incluindo investimentos iniciais, investimentos de substituição e renovação, investimento em fundo de maneo, compromissos accionistas resultantes do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios, capitais alheios resultantes do Contrato de Financiamento, Comissões, evolução dos Rácios, incidência fiscal, remuneração accionista, tal como consagrado em suporte electrónico, utilizado para produzir *cashflows* projectados e rácios financeiros, e alterado e actualizado de acordo com as regras definidas no Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.

158. **Notificação de Opção:** a notificação de Opção de Compra a efectuar pelos Bancos a cada uma das Accionistas, nos termos e para os efeitos do Contrato de Opção de Compra e da minuta constante do Anexo XVII (*Notificação de Opção*).
159. **Notificação de Recompra:** a notificação de Opção de Recompra a efectuar pelas Accionistas aos Bancos, nos termos e para os efeitos do Contrato de Opção de Compra e da minuta constante do Anexo XVIII (*Notificação de Recompra*).
160. **Notificação de Revenda:** a notificação de Opção de Revenda a efectuar pelos Bancos às Accionistas, nos termos e para os efeitos do Contrato de Opção de Compra e da minuta constante do Anexo XIX (*Notificação de Revenda*).
161. **Notificação de Situação de Vencimento:** a notificação escrita enviada pelos Bancos e / ou pelo Banco Agente à Concessionária, que informe da existência de uma Situação de Vencimento, nos termos do Contrato de Financiamento.
162. **Notificação de Vencimento Antecipado:** a notificação escrita enviada pelos Bancos e / ou pelo Banco Agente à Concessionária, declarando o Vencimento Antecipado, nos termos previstos no Contrato de Financiamento.
163. **Novas Acções:** todas e quaisquer acções representativas do Capital Social (ou de qualquer outra sociedade que resulte de uma fusão ou cisão da Concessionária), que venham a ser adquiridas ou subscritas pelas ou distribuídas a qualquer das Accionistas depois da Data do Contrato de Financiamento, incluindo (i) todas e quaisquer acções adicionais representativas do Capital Social que venham a ser adquiridas ou subscritas por qualquer das Accionistas em resultado de aumentos de capital da Concessionária (excepto se realizadas por incorporação de reservas) e (ii) todas e quaisquer participações de outras sociedades que venham a ser atribuídas a qualquer das Accionistas em resultado de fusão ou cisão da Concessionária.
164. **Novo Banco Agente:** a entidade que vier a substituir o Banco Agente nos termos da cláusula 39.4 (*Substituição do Banco Agente*) do Contrato de Financiamento.
165. **Novo Contraente:** a entidade a quem tenha sido cedido, total ou parcialmente, a posição contratual ou o crédito de que o Anterior Contraente era titular.
166. **Obras:** o conjunto de todas as obras cuja construção constitui objecto do Contrato de Construção, incluindo todos e quaisquer trabalhos complementares exigidos pela Concessionária ao Construtor ao abrigo do referido contrato.
167. **Obrigações de Notificação:** todas as obrigações de informação da Concessionária relativas aos Contratos do Projecto, listadas no Anexo VII (*Obrigações de Notificação*).
168. **Obrigações Garantidas:** todas e quaisquer responsabilidades e obrigações, presentes e futuras, que para a Concessionária decorrem ou venham a decorrer dos Contratos Financeiros, designadamente (i) a obrigação de reembolsar a totalidade dos montantes mutuados ao abrigo da Tranche A, (ii) a obrigação de reembolsar aos Bancos todos e quaisquer montantes que estes sejam obrigados a desembolsar relativos à Caução de Concessão emitida ao abrigo da Tranche B, (iii) a obrigação de pagar juros

remuneratórios e moratórios, e respectivas Comissões e as (iv) Despesas e Encargos, presentes ou futuros.

169. **Ónus Autorizados:** os ónus ou encargos (i) constituídos ao abrigo dos Contratos Financeiros, (ii) resultantes directamente da lei, incluindo, as garantias a constituir a favor de terceiras entidades (designadamente a REN - Rede Eléctrica Nacional e da EP - Estradas de Portugal, S.A.), relativamente às Obras a desenvolver na rede pública, (iii) resultantes do Contrato de Concessão, ou (iv) direitos de retenção ou reservas de propriedade constituídas a favor de fornecedores de bens e equipamento em termos comerciais usuais (excepto se a favor de qualquer uma das Accionistas).
170. **Opção de Compra:** a opção de compra de todas as Acções, Novas Acções e Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) conferida pelas Accionistas aos Bancos, constante da cláusula 2 (*Opção de Compra*) do Contrato de Opção de Compra.
171. **Opção de Recompra:** a opção de recompra de todas as Acções, Novas Acções e Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) conferida pelos Bancos às Accionistas, constante da cláusula 11 (*Opção de Recompra e Opção de Revenda*) do Contrato de Opção de Compra.
172. **Opção de Revenda:** a opção de revenda de todas as Acções, Novas Acções e Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) conferida pelas Accionistas aos Bancos, constante da cláusula 11.4 (*Exercício da Opção de Revenda*) do Contrato de Opção de Compra.
173. **Orçamento Anual:** o Orçamento de Investimento e o Orçamento de Exploração.
174. **Orçamento de Exploração:** para o ano de 2009, o Caso Base e, para os anos subsequentes, o orçamento anual de exploração da Concessionária aprovado pelos Bancos para o ano subsequente, nos termos da cláusula 26 (*Orçamento Anual*) do Contrato de Financiamento.
175. **Orçamento de Investimento:** para o ano de 2009, o Caso Base e, para os anos subsequentes, o orçamento anual de investimento da Concessionária aprovado pelos Bancos para o ano , nos termos da cláusula 26 (*Orçamento Anual*) do Contrato de Financiamento.
176. **Participação:** relativamente a cada Banco, a parcela com que o mesmo participa no total do Empréstimo, à Data do Contrato de Financiamento, descrita no Anexo VIII (*Participações*), sem prejuízo das alterações decorrentes da entrada de novos Bancos.
177. **Pedido de Utilização:** cada pedido de utilização do Empréstimo, a efectuar pela Concessionária, em termos substancialmente idênticos aos constantes do Anexo IX (*Pedido de Utilização*).
178. **Penhor Financeiro das Acções:** os penhores financeiros das Acções constituídos e os que vierem a ser constituídos em execução das promessas efectuadas nos termos do Contrato de Garantias a favor dos Bancos e do Banco Agente.

179. **Penhor Financeiro das Contas Bancárias:** o penhor financeiro do Saldo Disponível de cada uma das Contas Bancárias constituído no Contrato de Garantias pela Concessionária a favor dos Bancos e do Banco Agente.
180. **Período de Cálculo:** o período de doze meses com início em 1 de Janeiro ou 1 de Julho e termo, respectivamente, em 31 de Dezembro ou 30 de Junho de cada ano.
181. **Período de Carência de Capital:** o período compreendido entre a Data de Entrada em Vigor e o mesmo dia do mesmo mês do 4.º (quarto) ano a contar daquela data.
182. **Período de Contagem de Juros:** os períodos de contagem de juros do Empréstimo referidos na cláusula 12 (*Contagem e vencimento dos juros*) do Contrato de Financiamento.
183. **Período de Desembolso:** o período compreendido entre a Data de Entrada em Vigor e 4 (quatro) anos a contar daquela data.
184. **Perito:** a entidade designada para efeitos do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, nos termos da cláusula 12 (*Perito*) desse acordo.
185. **Plano de Investimentos:** o documento anexo ao Contrato de Concessão como anexo VII (*Plano de Investimentos*).
186. **Potencial Situação de Vencimento:** uma situação ou um evento que possa vir a constituir uma Situação de Vencimento com o decurso do tempo, mediante a determinação, na opinião dos Bancos, da existência de um Efeito Adverso Relevante ou se notificado à Concessionária ou a uma das Accionistas, conforme o caso.
187. **Preço da Opção de Compra:** o preço de EUR 1,00 (um Euro) a pagar pela compra das Acções, das Novas Acções e das Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) objecto da Opção de Compra.
188. **Preço de Venda:** o preço da venda das Acções, das Novas Acções ou das Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) ou das participações representativas do capital social da Entidade Controlada, previsto na cláusula 10 (*Ajustamento*) do Contrato de Opção de Compra.
189. **Preço de Recompra:** o preço de EUR 1,00 (um Euro) a pagar pela compra das Acções, das Novas Acções e das Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) objecto da Opção de Recompra, acrescido da compensação prevista na cláusula 11.2 (*Preço*) do Contrato de Opção de Compra.
190. **Preço de Revenda:** o preço de EUR 1,00 (um Euro) a pagar pela compra das Acções, das Novas Acções e das Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) objecto da Opção de Revenda, conforme previsto na cláusula 11.2 (*Preço*) do Contrato de Opção de Compra.
191. **Pressupostos:** os Pressupostos Financeiros e os Pressupostos Operacionais.

192. **Pressupostos Financeiros:** os pressupostos relativos a taxas de juro e taxa de inflação, propostos pelos Bancos, nos termos e para os efeitos do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras e fixados nos termos e condições constantes desse acordo.
193. **Pressupostos Operacionais:** os pressupostos operacionais utilizados no Modelo Financeiro para efeitos do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.
194. **Procuração Irrevogável:** cada procuração irrevogável outorgada a favor do Banco Agente pela Concessionária e pelas Accionistas, conforme minuta constante do Anexo X (*Procuração Irrevogável*).
195. **Projecção Definitiva:** a projecção que for calculada nos termos da cláusula 10 (*Preparação das projecções*) do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras ou a que resultar da introdução pela Concessionária no Modelo Financeiro para cálculo de cada um dos Rácios do Projecto dos elementos apresentados pelo Perito nos termos da cláusula 8 (*Peritagem*) do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.
196. **Projecto:** a Concessão.
197. **Proposta de Alteração:** as propostas de alteração do Modelo Financeiro apresentadas pelos Bancos e / ou pela Concessionária nos termos da cláusula 13 (*Alterações ao Modelo Financeiro*) do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.
198. **Proposta de Alteração de Pressupostos:** as propostas de alteração dos Pressupostos apresentadas pelos Bancos e / ou pela Concessionária nos termos da cláusula 7 (*Preparação das projecções*) do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.
199. **Propostas de Orçamento:** a Proposta de Orçamento de Investimento ou a Proposta de Orçamento de Exploração ou ambas em conjunto.
200. **Proposta de Orçamento de Exploração:** a proposta de orçamento de exploração apresentada pela Concessionária aos Bancos, nos termos e para os efeitos da cláusula 23. (*Relatórios*) do Contrato de Financiamento.
201. **Proposta de Orçamento de Investimento:** a proposta de orçamento de investimento apresentada pela Concessionária aos Bancos, nos termos e para os efeitos da cláusula 23. (*Relatórios*) do Contrato de Financiamento.
202. **Rácio de Disponibilidade de Fundos ou RDF:** o rácio calculado nos termos da cláusula 6 (*Cálculo*) do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.
203. **Rácio de Endividamento ou RE:** o rácio calculado nos termos da cláusula 4 (*Cálculo dos Rácios*) do Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.
204. **Rácios:** o Rácio de Endividamento e o Rácio de Disponibilidade de Fundos, em conjunto.



205. **Reembolso Antecipado Obrigatório:** o reembolso antecipado obrigatório de parte ou totalidade da Tranche A, nos termos e condições previstos na cláusula 26 (*Reembolso Antecipado Obrigatório*) do Contrato de Financiamento.
206. **Reembolso Antecipado Voluntário:** o reembolso antecipado voluntário da Tranche A, nos termos e condições previstas na cláusula 25 (*Reembolso Antecipado Voluntário*) do Contrato de Financiamento.
207. **Reequilíbrio Financeiro:** a reposição do equilíbrio financeiro da Concessão nos termos do Contrato de Concessão.
208. **Refinanciamento:** qualquer alteração à estrutura de financiamento da Concessão, quer esta resulte da renegociação dos Contratos de Financiamento ou da sua substituição por novos instrumentos jurídicos.
209. **Relação de Domínio ou de Grupo:** tem o significado que lhe é dado no Código das Sociedades Comerciais, independentemente da localização da sede das sociedades envolvidas nessa relação.
210. **Relatórios:** um, mais ou todos os relatórios referidos na cláusula 23.1 (*Relatórios*) do Contrato de Financiamento.
211. **Saldo Disponível:** os direitos de crédito emergentes, a cada momento, de cada uma das Contas Bancárias, incluindo os decorrentes de montantes depositados, aplicações financeiras associadas, juros e quaisquer outras quantias creditadas, em qualquer momento e por qualquer razão, em cada uma das Contas Bancárias.
212. **Saldo Mínimo:** o saldo credor mínimo de cada uma das Contas Bancárias, sem excepção, de EUR 100,00 (cem Euros), se outro montante não estiver estipulado no Contrato de Depósito Bancário.
213. **Saldo Mínimo da Conta de Reserva Caução:** o saldo credor mínimo da Conta Caução, estabelecido na cláusula 13.2 (*Saldo Mínimo*) do Contrato de Depósito Bancário.
214. **Saldo Mínimo CRSD:** o saldo credor mínimo da Conta de Reserva do Serviço da Dívida, estabelecido na cláusula 11 (*Conta de Reserva do Serviço da Dívida*) do Contrato de Depósito Bancário.
215. **Seguradoras:** as companhias de seguros, listadas no Anexo XI (*Seguradoras*) ou que, não se encontrando nele referidas, preenchem, no momento da celebração da apólice referente a cada um dos Seguros, as condições nele referidas.
216. **Seguros:** todas as apólices de seguro celebradas pela Concessionária, em cumprimento do programa de seguros constante do Anexo XII (*Seguros*), bem como todas as apólices de seguro que a Concessionária venha a celebrar nos termos e condições e para os fins estabelecidos nesse anexo.
217. **Serviço da Dívida:** os montantes das prestações relativas ao cumprimento das obrigações relacionadas com o pagamento de juros (incluindo imposto do selo),



pagamento de Comissões (incluindo imposto do selo), pagamento de custos associados ao Contrato de Cobertura de Risco de Taxa de Juro.

218. **Sinistro Não Reparável:** todos os sinistros cobertos por um dos Seguros que não sejam Sinistros Reparáveis.
219. **Sinistro Reparável:** a verificação de um evento ou conjunto de eventos cobertos por um dos Seguros (a) cuja consequência seja, na opinião do consultor de seguros, reparável, e (b) cujo bem sinistrado seja necessário à Concessão, na opinião do Consultor Técnico ou do consultor de seguros, consoante o sinistro ocorra durante a Fase de Construção ou após o termo da mesma.
220. **Situação de *Market Disruption*:** significa uma situação em que se tenham verificado circunstâncias de qualquer natureza, que não seja a natureza financeira específica de qualquer um dos Bancos, que tenha como resultado:
- (a) A impossibilidade de determinar a Euribor para um determinado Período de Contagem de Juros; ou
  - (b) A impossibilidade de obtenção dos fundos necessários para a participação num Desembolso, por Bancos de participações iguais ou superiores a 2/3 (dois terços) do Empréstimo; ou
  - (c) Que os custos de obtenção de fundos no mercado interbancário da Zona Euro por Bancos de participações iguais ou superiores a 2/3 (dois terços) do Empréstimo seja superior à Euribor para o Período de Contagem de Juros relevante.
221. **Situação de Vencimento:** a situação decorrente da verificação de qualquer um dos factos identificados na cláusula 32.1 (*Situações de Vencimento*) do Contrato de Financiamento.
222. **Subsídio:** os montantes de qualquer subsídio recebido pela Concessionária de entidades públicas.
223. **Taxa Bancos de Referência:** a taxa resultante da média das taxas oferecidas no mercado monetário do Euro, às 11:00 horas de Bruxelas, para o mesmo prazo, pelos Bancos de Referência.
224. **Taxa de Juro Base:** a Euribor a 1 (um), 3 (três) ou a 6 (seis) meses, consoante aplicável ao Período de Contagem de Juros em causa.
225. **Taxa IPC:** a variação homóloga do índice dos preços ao consumidor, no continente, sem habitação, divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística.
226. **Tranche A:** o empréstimo, na modalidade de abertura de crédito simples, no montante máximo de EUR 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil Euros) concedido pelos Bancos à Concessionária ao abrigo e nos termos do Contrato de Financiamento.
227. **Tranche B:** o empréstimo no montante máximo de EUR 1.000.000,00 (um milhão de Euros), concedido pelos Bancos à Concessionária sob a forma de emissão da Caução da

Concessão, ao abrigo e nos termos do Contrato de Emissão de Garantia Bancária e do Contrato de Financiamento.

228. **Tranches:** as Tranche A e Tranche B, em conjunto.
229. **Último Desembolso:** o desembolso a efectuar nos termos e condições previstos na cláusula 9.2. (*Último Desembolso*) do Contrato de Financiamento.
230. **Valor Comercial:** o valor comercial de cada Imóvel fixado na última avaliação efectuada por uma entidade idónea e independente, a qual não poderá ter ocorrido num prazo superior a 3 (três) anos em relação à data em causa ou outro que venha a ser acordado entre a Concessionária e os Bancos.
231. **Vencimento Antecipado:** o vencimento antecipado de todas as obrigações da Concessionária emergentes do Contrato de Financiamento, e o consequente direito dos Bancos exigirem o cumprimento imediato das correspondentes obrigações, sem prejuízo da efectivação de outras responsabilidades a que haja lugar, nos termos da cláusula 32 (*Vencimento Antecipado*) do Contrato de Financiamento.

## 1.2. Remissões

Excepto se do texto resultar o contrário, qualquer referência a uma cláusula ou a um anexo entende-se como efectuada a uma cláusula ou a um anexo a este Acordo de Definições.

## 1.3. Singular e plural

Excepto se deste Acordo de Definições resultar o contrário, os termos e expressões definidos (i) no número 1.1 (*Definições*) da presente cláusula, (ii) ao longo do texto do presente Acordo de Definições, incluindo os seus anexos, no singular ou no plural poderão ser utilizados, respectivamente, no plural ou no singular, com a correspondente alteração do seu significado.

## 1.4. Enumeração exemplificativa

Os termos e expressões precedidos pela palavra “*incluindo*”, “*nomeadamente*” ou “*designadamente*” não ficarão limitados a esses termos e expressões, já que a enumeração é meramente exemplificativa.

## 1.5. Epígrafes

As epígrafes das cláusulas, dos respectivos números e alíneas e dos anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não devendo ser consideradas na interpretação e integração do presente Acordo de Definições, excepto quando utilizadas em remissões, caso em que, em situação de contradição relativamente ao número da cláusula remetida, prevalecerá a respectiva epígrafe.

## **CAPÍTULO II – DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

### **2. DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

#### **2.1. Concessionária**

Sem prejuízo de outras declarações e garantias constantes dos Contratos Financeiros, a Concessionária declara e garante, incondicionalmente e sem reservas, aos Bancos a veracidade, actualidade, exactidão e integralidade das Declarações e Garantias por si prestadas.

#### **2.2. Accionistas**

Sem prejuízo de outras declarações e garantias constantes dos Contratos Financeiros, cada Accionista declara e garante, incondicionalmente e sem reservas, aos Bancos a veracidade, actualidade, exactidão e integralidade das Declarações e Garantias por si prestadas.

## **CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **3. CONDICÃO SUSPENSIVA**

#### **3.1. Condição Suspensiva**

Os efeitos jurídicos dos Contratos Financeiros ficam suspensos até à data em que o Banco Agente emita a Declaração de Verificação.

#### **3.2. Irretroactividade da condição**

Os efeitos da verificação da condição suspensiva referida no número anterior são reportados à Data de Reporte.

### **4. INDEPENDÊNCIA DOS BANCOS**

#### **4.1. Não solidariedade**

Os Bancos não são solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações que para cada um deles decorrem dos Contratos Financeiros.

#### **4.2. Independência**

Em caso de declaração de Vencimento Antecipado nos termos contratualmente acordados, os Bancos são independentes um do outro, pelo que qualquer um deles pode exercer os seus direitos ou faculdades, sem necessidade de obter o consentimento do outro.

### **5. CÔMPUTO DO TERMO**

Sempre que os prazos previstos nos Contratos Financeiros terminem em sábado, domingo ou dia feriado – quer em Portugal, quer nos municípios de Lisboa e / ou de Azambuja – os respectivos termos transferem-se para o Dia Útil subsequente, excepto se esse dia for um dia do mês de calendário seguinte, caso em que se transfere para o Dia Útil imediatamente anterior.

## **6. ALTERAÇÕES – NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS**

### **6.1. Alterações**

Qualquer alteração aos Contratos Financeiros deverá revestir a forma de documento escrito assinado por cada um dos Contraentes parte nesse Contrato Financeiro.

### **6.2. Não exercício de direitos**

Salvo se de outro modo expressamente previsto nos Contratos Financeiros ou acordado por escrito entre os Contraentes, o mero não exercício (total ou parcial) por qualquer um dos Contraentes, dos direitos e faculdades dele emergentes, em caso algum poderá significar renúncia a tais direitos ou faculdades, ou acarretar a sua caducidade, pelo que os mesmos manter-se-ão válidos e eficazes não obstante o seu não exercício.

## **7. CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL**

### **7.1. Concessionária**

A Concessionária e as Accionistas não poderão ceder a sua posição contratual nos Contratos Financeiros a terceiros ou, por qualquer forma, transmitir ou dispor de quaisquer direitos ou obrigações que para cada uma delas emergem, sem o acordo prévio, expresso e por escrito dos Bancos.

As Accionistas ficam desde já autorizadas pelos Bancos e pelo Banco Agente a ceder (entre si) a posição contratual que para cada uma delas decorre dos Contratos Financeiros.

### **7.2. Bancos**

Sem prejuízo do disposto no parágrafo *infra*, os Bancos poderão ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual nos Contratos Financeiros, para o que ficam desde já definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizados pelos demais Contraentes.

A transmissão da posição contratual dos Bancos depende do acordo prévio da Concessionária, nos casos em que (i) tal cessão impuser à Concessionária custos acrescidos, seja qual for a respectiva natureza; e/ou (ii) a pretendida cessão não tenha como cessionário algum dos Bancos de Referência.

### **7.3. Adesão**

A cessão por qualquer um dos Anteriores Contraentes de parte ou totalidade da posição contratual que para ele emerge do Contrato de Financiamento, nos termos e condições aqui previstos, a favor do Novo Contraente, que não seja, nessa qualidade, parte nos demais Contratos Financeiros tem como consequência a adesão, integral e sem reservas, do Novo Contraente aos Contratos Financeiros de que o Anterior Contraente era parte, o qual passará, assim, a ocupar, independentemente da verificação de qualquer outra formalidade ou acto, no que respeita à posição contratual cedida a exacta posição e nos mesmos termos e condições que o Anterior Contraente, adesão essa que os demais Contraentes desde já aceitam definitiva e irrevogavelmente.

## 8. SIGILO BANCÁRIO

Pelo presente Acordo de Definições, os Bancos e quaisquer outras instituições de crédito que com qualquer um deles esteja em Relação de Domínio ou de Grupo, ficam definitiva, irrevogável e incondicionalmente autorizados a, unicamente para efeitos de execução e cumprimento dos Contratos Financeiros e das garantias constituídas ou a constituir ou para efeitos da defesa, judicial ou extra-judicial dos seus direitos, ao abrigo destes contratos (i) exhibir e entregar cópias dos Contratos Financeiros, dos Contratos do Projecto, ou dos documentos que consubstanciem qualquer uma das garantias (constituídas ou a constituir), (ii) divulgar factos ou elementos com eles relacionados ou quaisquer documentos relacionados com a Concessionária, cada uma das Accionistas, a Concessão e o Projecto em geral, na estrita medida do necessário aos efeitos *supra* identificados.

## 9. COMUNICAÇÕES

### 9.1. Forma

Excepto se de outro modo previsto nos Contratos Financeiros, quaisquer comunicações a realizar no âmbito da sua execução serão efectuadas ou por carta registada com aviso de recepção ou por telecópia e ter-se-ão por realizadas, no caso da carta registada na data da sua recepção e no caso da telecópia na data da recepção no posto do destinatário se se verificar até às 17:00 (dezasete) horas ou então no primeiro Dia Útil seguinte.

### 9.2. Banco Agente

As comunicações dirigidas aos Bancos ou por estes realizadas, a efectuar no âmbito da execução dos Contratos Financeiros deverão ser efectuadas através do Banco Agente.

### 9.3. Moradas e números de telecópia

Para efeitos das comunicações a realizar nos termos da cláusula 9.1 (*Forma*), as moradas e os números de telecópia dos Contraentes constam do Anexo XIII (*Comunicações*).

## 10. ANEXOS

### 10.1. Anexos

O presente Acordo de Definições tem vinte (vinte) anexos, numerados de I a XX, os quais, depois de rubricados nos termos do número seguinte, dele fazem parte integrante.

### 10.2. Rubricas

Cada uma das Ex.mas Senhoras Matilde Horta e Costa, Isabel Ornelas e Filipa Serra, advogadas da Vieira de Almeida & Associados, R.L., fica desde já mandatada para, em nome e representação da Concessionária e dos Accionistas, rubricar todas as páginas dos Contratos Financeiros e dos seus anexos, ficando igualmente mandatados para o mesmo efeito, em nome e representação dos Bancos e do Banco Agente, cada um dos Ex.mos Senhores Duarte Brito de Goes, Sérgio Deus Vieira, Gonçalo Noronha Andrade e Hélder Frias, advogados de Uría Menéndez Abogados S.L.P. - Sucursal em Portugal.

## 11. LEI APLICÁVEL. FORO

### 11.1. Lei aplicável

O presente Acordo de Definições é regido pela lei portuguesa.

### 11.2. Foro competente

Para todas as questões emergentes do presente Acordo de Definições - da sua interpretação, integração, cumprimento, incumprimento, validade ou invalidade - é competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito no local e data indicados no cabeçalho, em 3 (três) exemplares, sendo 1 (um) exemplar destinado à Concessionária e às Accionistas, 1 (um) exemplar destinado aos Bancos e 1 (um) exemplar destinado a ser anexado ao Contrato de Concessão.

Imposto do selo liquidado e pago nos termos do Código do Imposto do Selo.

### CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

Nome: Bernardo Soares de Albergaria e Loure

Qualidade: Procurador

Nome: Isabel Cristina Branco

Qualidade: Promotora

### CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

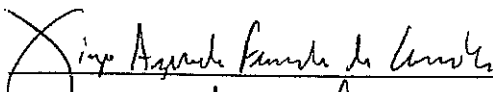
Nome: FRANCISCO VERDEIRA

Qualidade: PROCURADOR

Nome: Paulo Silva

Qualidade: Promotor

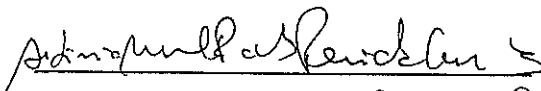
ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.

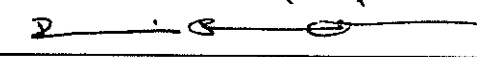
  
Nome: Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho  
Qualidade: Procurador / Administrador

Nome:

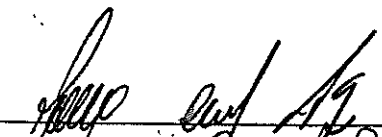
Qualidade:

AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.

  
Nome: Adriano Manuel Pereira Pereira  
Qualidade: Administrador

  
Nome: Diogo Faria de Oliveira  
Qualidade: Administrador

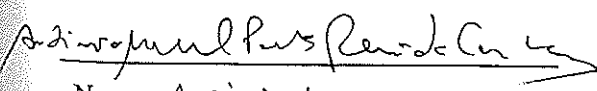
ECOBREJO - GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS E AMBIENTE, S.A.

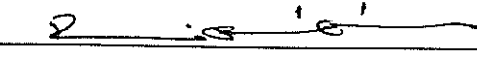
  
Nome: João Carlos Paegosa  
Qualidade: Administrador

Nome:

Qualidade:

LUSÁGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

  
Nome: Adriano Manuel Pereira Pereira  
Qualidade: Procurador / Administrador

  
Nome: Diogo Faria de Oliveira  
Qualidade: Administrador

LUSÁGUA ALCANENA – GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.

R. Faria e Oliveira

Nome: R. Faria e Oliveira

Qualidade: Administrador

Nome:

Qualidade:

PRAGOSA AMBIENTE, S.A.

Caterina Pragosa

Nome: Caterina Pragosa

Qualidade: Administradora

Nome:

Qualidade:



# ANEXO I

## ACÇÕES

Número de Títulos	Pertence	de	a	Quantidade de Acções
21	Aquapor - Serviços, S.A.	1	7.498	7.498
23	Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	7.499	9.997	2.499
1	Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	9.998	9.998	1
1	Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	9.999	9.999	1
1	Pragosa Ambiente, S.A.	10.000	10.000	1

*[Handwritten signature]*  
950.

## ANEXO II

### REEMBOLSO ANTECIPADO VOLUNTÁRIO

Ao

**Caixa - Banco de Investimento, S.A.**

Rua Barata Salgueiro, n.º 33

1269-057 Lisboa

[ Local e data ]

**Assunto:** Reembolso Antecipado Voluntário

Ex.mos Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Financiamento celebrado em Azambuja entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o Caixa - Banco de Investimento, S.A. e AdAz - Águas de Azambuja S.A., enquanto Concessionária, datado de 8 de Maio de 2009 (doravante "**Contrato de Financiamento**").

Salvo se de outro modo definido na presente carta, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula terão o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições celebrado na mesma data do Contrato de Financiamento entre a Concessionária e os Bancos.

Nos termos e para os efeitos da cláusula 25. (*Reembolso Antecipado Voluntário*) do Contrato de Financiamento, vimos pela presente carta notificar os Bancos da decisão desta sociedade de proceder a um Reembolso Antecipado Voluntário no montante de EUR [ ● ] ([ ● ] Euros).

A presente comunicação é irrevogável e incondicional e o Reembolso Antecipado Voluntário deverá ser efectuado em [ ● ].

[ *Como o Reembolso Antecipado Voluntário [ ocorre durante o Período de Carência de Capital / não coincide com o último dia de um Período de Contagem de Juros <sup>(1)</sup> / não é unicamente efectuado com o Cash Flow gerado pelo Projecto ], esta sociedade obriga-se a pagar aos Bancos a quantia de EUR [ ● ] ([ ● ] Euros) correspondente a [ ● ] por cento do valor do montante reembolsado, respectivos juros, Comissões, Despesas e Encargos, o qual será pago mediante débito da Conta de Receitas. ]*

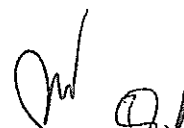
---

<sup>(1)</sup> Caso o Reembolso Antecipado Voluntário não seja feito no último dia de um Período de Contagem de Juros, serão ainda devidos os montantes relativos aos custos associados ao reembolso, nos termos da cláusula 25.4 (*Custos*) do Contrato de Financiamento.

Com os melhores cumprimentos,

[ *Assinaturas dos representantes legais da Concessionária* ]

AdAz - Águas de Azambuja, S.A.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

### **ANEXO III**

#### **CONDIÇÕES DE COBERTURA DO RISCO DE TAXA DE JURO**

Até à Data de Refinanciamento, a Concessionária deverá contratar e manter um instrumento de cobertura de risco de taxa de juro nos seguintes termos:

- (a) Durante o Período de Carência de Capital: 90 (noventa) por cento do montante da Tranche A;
- (b) Após o termo do Período de Carência de Capital e até à Data de Refinanciamento: 75 (setenta e cinco) por cento do montante da Tranche A.

Caso até à Data de Refinanciamento não ocorra o Refinanciamento, a Concessionária obriga-se a contratar um instrumento de cobertura de risco de taxa de juro de 75 (setenta e cinco) por cento do montante da Tranche A, o qual deverá estar em vigor desde a Data de Refinanciamento até ao 18.º (décimo oitavo) ano posterior à Data de Entrada em Vigor.

ANEXO IV  
CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

**PARTE 1 - CONDIÇÕES SUSPENSIVAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO**

São condições suspensivas à entrada em vigor do Empréstimo a entrega aos Bancos, em termos e condições que estes considerem satisfatórios:

- (a) Actas. Cópia certificada das actas das reuniões do órgão de administração da Concessionária e de cada uma das Accionistas, aprovando e autorizando a celebração de cada um dos Contratos Financeiros e dos Contratos do Projecto, a constituição das Garantias, bem como todos os demais documentos com eles relacionados ou a eles instrumentais e conferindo plenos e amplos poderes aos seus legais representantes para os celebrar ou outorgar;
- (b) Certidões. Cópia certificada de certidões do registo comercial (ou os respectivos códigos de acesso *online*) referentes à Concessionária e a cada uma das Accionistas, válida e actualizada com todas as inscrições (incluindo os estatutos em vigor);
- (c) Comissões. Original das Cartas de Comissões;
- (d) Contas Bancárias. Comprovativo de que cada uma das Contas Bancárias apresenta um saldo credor correspondente a, pelo menos, o Saldo Mínimo;
- (e) Contratos do Projecto. Cópias certificadas de cada um dos Contratos do Projecto;
- (f) Contratos Financeiros. Celebração dos Contratos Financeiros;
- (g) Acções. Entrega de todos os títulos das Acções dadas em penhor financeiro a favor dos Bancos e do Banco Agente;
- (h) Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Comprovativo de que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Concessionária foi informado por escrito do penhor financeiro constituído sobre as Acções;
- (i) Garantias. Efectiva constituição de garantias que devam ser constituídas em simultâneo com a celebração do Contrato de Financiamento e prática de todos os actos necessários, úteis ou convenientes para o seu pleno vigor e eficácia;
- (j) Notificação aos Devedores. Comprovativo da notificação de cada um dos Devedores existentes à Data de Entrada em Vigor, instruindo-os definitiva, incondicional e irrevogavelmente, e nos termos previstos no Contrato de Garantias, a pagarem directamente aos Bancos quaisquer montantes decorrentes dos respectivos Créditos da Concessionária.

- (k) Procurações Irrevogáveis. Fotocópia notarial das Procurações Irrevogáveis emitidas pela Concessionária e por cada uma das Accionistas;
- (l) Relatórios. Relatórios finais e definitivos elaborados por cada um dos Consultores Independentes;
- (m) Seguros. Apólices ou *cover notes* dos Seguros nos termos do relatório do Consultor de Seguros;
- (n) Situação fiscal. Documento comprovativo de que a Concessionária e cada uma das Accionistas têm a sua situação fiscal regularizada;
- (o) Situação com a Segurança Social. Documento comprovativo de que a Concessionária e cada uma das Accionistas têm a sua situação contributiva para com a segurança social regularizada;
- (p) Garantias Bancárias. Entrega das Garantias Bancárias (ou de outro documento que as substitua nos termos do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios);
- (q) Caso Base. Evidência que o Caso Base apresenta no Período de Desembolso, um Rácio de Endividamento não superior a 80:20;
- (r) Tribunal de Contas. (i) Cópia certificada do visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Concessão, ou (ii) demonstração pela Concedente aos Bancos do visto tácito do Tribunal de Contas ao Contrato de Concessão por decurso do tempo, ou (iii) cópia certificada da declaração do Tribunal de Contas relativa à desnecessidade do seu visto ao Contrato de Concessão.

## PARTE 2 - CONDIÇÕES SUSPENSIVAS AOS DESEMBOLSOS

São condições suspensivas à obrigação dos Bancos desembolsarem fundos objecto da Tranche A e ao direito da Concessionária utilizar os montantes desembolsados ao abrigo do Último Desembolso, a verificação pelos Bancos, em termos e condições que considerem satisfatórios, dos seguintes eventos:

- (a) Pedido de Utilização. Recebimento pelo Banco Agente do respectivo Pedido de Utilização (nos termos previstos nos Contratos Financeiros) com, pelo menos, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data pretendida para o Desembolso ou Último Desembolso, conforme aplicável, acompanhado, quando o montante dos Desembolsos se destinar, total ou parcialmente, ao pagamento de obras de infra-estruturas, de facturas visadas pelo Consultor Técnico;
- (b) Situação de Vencimento. Não se verifique uma Potencial Situação de Vencimento nem uma Situação de Vencimento;
- (c) Rácio de Endividamento. Existência de um Rácio de Endividamento (considerando o montante dos Fundos Próprios já injectados) de 80:20;

- (d) Consultor Técnico. Recebimento pelo Banco Agente do último relatório do Consultor Técnico cujo conteúdo não refira a existência de desvios relevantes de prazo e / ou valores de investimentos previstos que, na opinião dos Bancos, tenha ou possa ter um Efeito Adverso Relevante na Concessão ou, no que respeita ao Último Desembolso, que a conclusão das Obras a cujo pagamento o mesmo se destina, não revela atraso superior a 6 (seis) meses relativamente à data prevista no Plano de Investimentos;
- (e) Market Disruption. Não se verifique uma Situação de *Market Disruption* não resolvida
- (f) Fundos Próprios. Recebimento pelo Banco Agente de confirmação da realização pelos Promotores dos Fundos Próprios calendarizados no Anexo I ao Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios para 2009;

ANEXO V

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

**Concessionária**

A Concessionária declara e garante aos Bancos, na Data do Contrato de Financiamento e em cada Pedido de Utilização, que:

1. Actividades. A Concessionária:

- (a) Tem como única actividade a Concessão;
- (b) Exerceu e exerce a sua actividade de acordo com o respectivo contrato de sociedade, as leis e regulamentos em vigor, possuindo todas as autorizações, consentimentos, alvarás e licenças materialmente relevantes, em cada momento, para o exercício da sua actividade;
- (c) Não tem conhecimento de quaisquer factos, circunstâncias, actos ou omissões (i) de que possa resultar o cancelamento de qualquer licença ou autorização, consentimento ou alvará necessários ao exercício das suas actividades, (ii) de que possa resultar a proibição, suspensão ou restrição ao exercício da sua actividade;
- (d) Não é parte em processo emergente de auto, notícia, investigação, reclamação relacionado com o exercício das suas actividades que tenha ou seja razoavelmente expectável que possa ter um Efeito Adverso Relevante;
- (e) Não se encontra em incumprimento de qualquer uma das obrigações que decorrem de negócios jurídicos relevantes para a sua actividade e por si celebrados e que tenha ou seja razoavelmente expectável que possa ter um Efeito Adverso Relevante;
- (f) Não celebrou negócios jurídicos relevantes e que não estejam devidamente reflectidos na sua respectiva contabilidade e nas Demonstrações Financeiras.

2. Ambiente. A Concessionária:

- (a) Exerce actualmente a sua actividade nos termos previstos nas leis e regulamentos ambientais;
- (b) Não tem conhecimento de que tenha, através de acções, actividades ou omissões (i) causado, ou esteja a causar, com ou sem culpa, danos ao meio ambiente, , (ii) violado qualquer lei ou regulamento destinado à protecção do ambiente, independentemente da existência ou não de dano;
- (c) Não tem conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que possa impedir ou, sob qualquer forma, prejudicar a sua capacidade de cumprir atempadamente e na íntegra todas as disposições legais e regulamentares



destinadas à protecção do ambiente, em todas as componentes que lhe são aplicáveis no exercício da sua actividade.

3. Autorizações.

- (a) A celebração de cada um dos Contratos Financeiros e de cada um dos Contratos do Projecto foi devidamente aprovada pelos seus órgãos competentes, nos termos legais e estatutários;
- (b) Cada uma dessas aprovações é válida e eficaz, não tendo conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que possa pôr em causa a respectiva validade, seja sob que forma for.

4. Celebração de Contratos.

- (a) Tem capacidade para celebrar os Contratos Financeiros e os Contratos do Projecto e cumprir todas as obrigações neles assumidas de acordo com os seus termos;
- (b) A celebração e execução dos Contratos Financeiros e dos Contratos do Projecto não viola (i) qualquer negócio jurídico ou instrumento por si celebrado, incluindo, qualquer um dos demais Contratos Financeiros e dos Contratos do Projecto, (ii) qualquer lei, regulamento, decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado ou não, e no qual sendo ou não parte, tenha algum interesse;
- (c) Os direitos e obrigações constituídos no âmbito dos Contratos Financeiros e dos Contratos do Projecto são válidos, eficazes e oponíveis, de acordo com a lei aplicável;
- (d) Todos os negócios jurídicos que celebrou com terceiros, designadamente os Contratos Financeiros e os Contratos do Projecto (com excepção do Contrato de Concessão) estão em plena conformidade com o estipulado no Contrato de Concessão;
- (e) Não se encontra em situação de incumprimento ou cumprimento defeituoso de qualquer uma das obrigações que para ela decorrem de qualquer um dos Contratos Financeiros e dos Contratos do Projecto.

5. Concessionária.

- (a) Encontra-se validamente constituída e registada na Conservatória do Registo Comercial competente;
- (b) O seu capital social é de EUR 50.000,00 (cinquenta mil Euros), representado por 10.000 (dez mil) acções ordinárias, tituladas e nominativas, as quais, com excepção dos Ónus Autorizados, se encontram, tanto quanto é do seu conhecimento, livres de quaisquer ónus, encargos e limitações, com excepção da necessidade de obtenção de autorização do Concedente para a respectiva oneração ou transmissão e estão totalmente subscritas e realizadas e devidamente registadas no seu livro de registo de acções em nome da respectiva Accionista;

- (c) Tanto quanto é do seu conhecimento, não existem quaisquer limitações aos Direitos Inerentes a cada uma das Acções;
  - (d) Tanto quanto é do seu conhecimento, não existem quaisquer limitações à livre transmissibilidade de parte ou totalidade das Acções, para além das constantes dos Estatutos;
  - (e) Cada uma das Accionistas subscreveu e realizou na íntegra as Acções, nos termos da lei.
6. Contratos. A celebração e execução de cada um dos Contratos Financeiros e de cada um dos Contratos do Projecto:
- (a) Não necessita de qualquer autorização, incluindo de terceiros (com excepção dos Bancos), que (i) não tenha sido obtida e (ii) não seja válida e eficaz;
  - (b) Não confere direito à resolução ou denúncia dos demais Contratos Financeiros e / ou Contratos do Projecto, nem produzirá qualquer Efeito Adverso Relevante.
7. Deliberações Sociais.
- (a) Não emitiu ou deliberou emitir acções e / ou quaisquer outros valores mobiliários convertíveis em acções ou que dêem direito à subscrição de acções ou à sua aquisição a qualquer título, que não esteja registada (definitivamente) no registo comercial competente;
  - (b) Não deliberou (i) qualquer alteração dos seus Estatutos, (ii) a amortização de participações sociais, (iii) a alienação ou aquisição de acções próprias, (iv) a distribuição de reservas, (v) a sua cisão ou cisão-fusão, (vi) a sua fusão com uma ou mais sociedades, (vii) a sua dissolução, (viii) a sua liquidação, (ix) a sua transformação..
8. Empréstimos e outras formas de financiamento ou concessão de crédito. Salvo nos termos permitidos pelos Contratos Financeiros, não concedeu, prometeu, aceitou ou propôs, sob qualquer forma, financiar ou conceder empréstimo, de coisa fungível ou não, a qualquer membro dos respectivos órgãos sociais, a qualquer Accionista e / ou a terceiros.
9. Endividamento. Salvo nos termos permitidos pelos Contratos Financeiros, não tem qualquer dívida vencida ou responsabilidade para com terceiros para além das decorrentes de Custos do Projecto.

10. Equipamento.
- (a) Tem a propriedade e a posse plenas em nome próprio, pacífica, efectiva, pública e titulada de todos e cada um dos bens que constituem os Bens a Empenhar, os quais, com excepção dos Ónus Autorizados, encontram-se livres de quaisquer ónus, encargos, limitações e responsabilidades, seja de que natureza forem, incluindo, sem limitação, de natureza fiscal;
  - (b) Salvo nos termos permitidos pelos Contratos Financeiros, não deu a terceiros em locação, sublocou, emprestou, transmitiu ou sob qualquer forma cedeu, propôs, aceitou ou prometeu fazê-lo, a título gratuito ou oneroso, a propriedade, a posse, o uso, gozo, fruição ou utilização dos Bens a Empenhar ou de parte deles;
  - (c) Com excepção dos Ónus Autorizados, não existem quaisquer direitos legais ou contratuais de opção de compra ou aquisição ou de preferência na transmissão, a qualquer título, dos Bens a Empenhar ou de parte deles.
11. Factos prejudiciais. Não tem conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que tenha ou seja razoavelmente expectável que venha a ter um Efeito Adverso Relevante.
12. Garantias.
- (a) Salvo nos termos permitidos pelos Contratos Financeiros, não prestou qualquer garantia, pessoal ou real, ou aval destinado a assegurar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por terceiro, nem prometeu, aceitou ou propôs fazê-lo;
  - (b) Salvo algum aspecto expressamente ressalvado no parecer dos Consultores Jurídicos, as Garantias são válidas e de primeiro grau, assegurando aos Bancos que os activos dados em garantia têm prevalência sobre todos os demais credores (com excepção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos por lei).
13. Impostos e contribuições para a Segurança Social.
- (a) Apresentou devidamente, nos termos e prazos legais, todas as declarações necessárias ao cumprimento de todas as suas obrigações de natureza fiscal ou para com a segurança social;
  - (b) Não se encontra em situação de mora no cumprimento ou incumprimento da obrigação de efectuar retenções ou de pagar quaisquer impostos, retenções fiscais, taxas respectivos juros e penalidades, e contribuições incluindo, sem limitação, contribuições para com a Segurança Social.
14. Informações. Tanto quanto é do seu conhecimento, todas as informações prestadas e documentação entregue aos Bancos e / ou ao Banco Agente (incluindo respectivos consultores) para efeitos da negociação e celebração dos Contratos Financeiros e dos Contratos do Projecto é verdadeira, completa e exacta, produzida de acordo com as normas legais ou com os usos normais do comércio, não omitindo qualquer facto,

circunstância ou acto de que a Concessionária tenha ou deva ter conhecimento, que possa alterar o respectivo conteúdo ou que a possa tornar inverídica ou enganosa.

15. Licenças. Todas as quantias e / ou contrapartidas vencidas respeitantes a licenças, alvarás, consentimentos, autorizações necessárias ao exercício das suas actividades foram atempada e integralmente pagas ou realizadas.
16. Livros e documentos de prestação de contas.
  - (a) Todos os seus livros, demais documentos e Demonstrações Financeiras foram elaborados de acordo com as normas contabilísticas na altura em vigor e reflectem, com referência à data a que se reportam, a sua situação económico-financeira de forma verídica, correcta, adequada completa e exacta;
  - (b) Nenhum desses livros e demais documentos de prestação de contas contém informação incorrecta, incompleta ou enganosa.
17. Processos judiciais, arbitrais ou administrativos.
  - (a) Na Data do Contrato de Financiamento, não é parte em qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral;
  - (b) Não se encontra em situação que possa fundamentar a apresentação de quaisquer providências de recuperação de empresa ou processo de falência.
18. Seguros.
  - (a) Todos os prémios respeitantes às apólices dos Seguros que se encontram vencidos ou a pagamento à Data do Contrato de Financiamento foram devida, integral e atempadamente pagos;
  - (b) Tanto quanto é do seu conhecimento, não existe qualquer facto, circunstância, acto ou omissão, que possa levar ao cancelamento de qualquer um dos Seguros ou acarretar a sua nulidade.
19. Situação de Vencimento e Potencial Situação de Vencimento. Não se verificou nem tem conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que possa originar uma Situação de Vencimento ou uma Potencial Situação de Vencimento.

## ACCIONISTAS

Cada uma das Accionistas declara e garante aos Bancos, na Data do Contrato de Financiamento, que:

1. Acções. À excepção dos Ónus Autorizados:

- (a) É proprietária plena e legítima possuidora, livre de quaisquer ónus, encargos e outras limitações, das respectivas Acções e de todos os respectivos Direitos Inerentes;
- (b) As Acções encontram-se integralmente realizadas e subscritas e devidamente inscritas em seu nome no livro de registo de acções da Concessionária;
- (c) Não vendeu, empenhou, emprestou ou sob qualquer outra forma transferiu a propriedade, concedeu, uma opção ou deu em garantia qualquer uma das respectivas Acções, nem prometeu ou aceitou fazê-lo;
- (d) Não cedeu os Direitos Inerentes ou sob qualquer outra forma onerou qualquer uma das respectivas Acções, nem prometeu ou aceitou fazê-lo.

2. Celebração de Contratos.

- (a) Tem capacidade para celebrar os Contratos Financeiros e os Contratos do Projecto (por si celebrados) e cumprir todas as obrigações neles assumidas de acordo com os seus termos;
- (b) Salvo algum aspecto expressamente ressalvado no parecer dos Consultores Jurídicos, os direitos e obrigações constituídos no âmbito dos Contratos Financeiros (incluindo as garantias por si prestadas ou prometidas prestar) e dos Contratos do Projecto por si celebrados são válidos, eficazes e oponíveis, de acordo com a lei aplicável e com os respectivos termos.

3. Contratos. A celebração, execução, eficácia e validade das obrigações que para si decorrem de cada um dos Contratos Financeiros e de cada um dos Contratos do Projecto (por si celebrados):

- (a) Foi devidamente aprovada pelos seus órgãos sociais competentes, nos termos legais e estatutários, sendo que tais aprovações são válidas e eficazes, não tendo conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que possa pôr em causa a respectiva validade, seja sob que forma for;
- (b) Salvo o expressamente previsto no Contrato de Concessão, não necessita de qualquer autorização ou aprovação de terceiros que (i) não tenha sido obtida, (ii) existindo, não seja válida e eficaz, ou (iii) tanto quanto seja do seu conhecimento, tenha sido objecto de qualquer diligência ou facto com o objectivo ou que resulte na sua revogação ou cancelamento;

- (c) Não confere direito à resolução ou denúncia dos demais Contratos Financeiros e / ou Contratos do Projecto;
  - (d) Não viola (i) qualquer negócio jurídico ou instrumento por si celebrado, (ii) qualquer lei, regulamento, decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado ou não, e no qual seja parte, (iii) os seus estatutos ou qualquer outro documento societário.
4. Créditos. (i) Não existe qualquer evento ou condição que, no entender razoável das Accionistas, possa impedir a Cessão de Créditos das Accionistas com escopo de garantia, ou afectar a validade ou eficácia da mesma; (ii) com excepção dos Ónus Autorizados, não vendeu, empenhou, emprestou ou sob qualquer outra forma transferiu a propriedade ou a posse ou deu em garantia os Créditos das Accionistas, nem prometeu ou aceitou fazê-lo.
5. Factos prejudiciais. Não tem conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que afecte a celebração de qualquer um dos Contratos Financeiros e / ou dos Contratos do Projecto.
6. Garantias.
- (a) As Garantias prestadas pelas Accionistas para assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas são válidas e eficazes de acordo com os seus termos;
  - (b) As Garantias prestadas e prometidas prestar de acordo com o Contrato de Garantias são e serão de primeiro grau, assegurando aos Bancos que os activos dados em garantia têm prevalência sobre todos os demais credores (com excepção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos por lei).
7. Informações. Toda a informação prestada pelas Accionistas aos Bancos (incluindo respectivos consultores), para efeitos da negociação celebração e execução dos Contratos Financeiros e dos Contratos do Projecto, é verdadeira, completa e exacta, produzida de acordo com as normas legais ou com os usos normais do comércio (caso não haja regulamentação legal), não omitindo qualquer facto, circunstância ou acto de que tenha ou deve ter conhecimento, que possa alterar o respectivo conteúdo ou que a possa tornar inverídica ou enganosa.
8. Processo de insolvência.
- (a) Não é parte em qualquer processo de insolvência;
  - (b) Não se encontra em situação que possa fundamentar a apresentação de processo de insolvência.

## ANEXO VI

### DIREITOS DE EXERCÍCIO CONDICIONADO

#### CHAVES

“A” = A Concessionária não poderá exercer o direito ou as actividades em causa sem o acordo prévio do Banco Agente, o qual deverá ser dado dentro de um prazo razoável e em tempo útil, de acordo com os prazos que se encontram contratualmente previstos e o qual não será recusado nem atrasado pelo Banco Agente sem justificado motivo preponderante.

“B” = A Concessionária exercerá os direitos ou as actividades, se tal lhe for exigido e justificado pelo Banco Agente e pelos Bancos, seguindo as respectivas instruções e actuando de forma razoável.

Contrato de Concessão			
Cláusula	Direito Condicionado	A	B
6.3	Substituição de empresas responsáveis pela Exploração dos Serviços e/ou pela execução das Obras que figurem no Contrato de Concessão;	X	
7.2	Exercício do direito de regresso contra comissários, caso o respectivo direito surja na esfera jurídica da Concessionária e esta não o exerça num prazo que o Banco Agente e os Bancos considerem razoável;		X
8	Solicitação de autorização do Concedente para transmissão ou oneração da Concessão, no todo ou em parte;	X	
16.2	Notificação da Concessionária ao Concedente da alteração da posição relativa das accionistas no capital social da Concessionária;	X	
18.1	Solicitação de autorização ao Concedente para transmissão de acções da Concessionária, até ao termo da execução do primeiro	X	




Contrato de Concessão			
Cláusula	Direito Condicionado	A	B
	quadriénio do Plano de Investimentos proposto;		
18.3	Solicitação de autorização ao Concedente para oneração das acções representativas do capital social da Concessionária;	X	
27.1.	Solicitação de autorização ao Concedente para a cedência, arrendamento, alienação, hipoteca, penhora ou, por qualquer outra forma, transmissão ou oneração dos bens afectos à Concessão nos termos da cláusula 25 do Contrato de Concessão (excepto nos casos já autorizados nos termos da cláusula 16.(c) do Contrato de Financiamento);	X	
48.1	Revisão do Plano de Investimentos;	X	
56 e 57	Sujeição do Regulamento de Serviços a aprovação pelo Concedente e respectivas alterações;	X	
58.3	Solicitação de aprovação do modelo de Contrato de Fornecimento ao Concedente após remissão do documento ao IRAR para efeitos de pronúncia nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro;	X	
63.3	O acordo sobre o aproveitamento de benefícios fiscais no âmbito da Concessão;	X	
64.2	Solicitação de aprovação ao Concedente das tarifas a cobrar aos Utilizadores;	X	
71.3	Solicitação para alteração da fórmula de revisão do tarifário;	X	
71.4	Solicitação de autorização ao Concedente para alteração ordinária ou extraordinária do tarifário;	X	



Contrato de Concessão			
Cláusula	Direito Condicionado	A	B
88.5	Acordo de reposição do equilíbrio financeiro;	X	
91	Solicitação de autorização ao Concedente para alteração da forma de prestação da caução;	X	
93	Procedimento numa situação de ocorrência de um caso de Força Maior;		X
100	Rescisão pela Concessionária;	X	
Capítulo XXI	A proposição de qualquer acção, de qualquer tipo ou natureza contra o Concedente por qualquer dos meios previstos no Capítulo XXI ( <i>Resolução de Litígios</i> ) do Contrato de Concessão.	X	

*Handwritten signature and initials*

Contrato de Construção			
Cláusula	Direito Condicionado	A	B
15.3	Autorização da Concessionária para que o Construtor proceda à suspensão, modificação, substituição ou cancelamento de quaisquer apólices de seguro;	X	
15.4	Contratação e manutenção de seguros ou a realização de pagamentos em caso de incumprimento desta obrigação pelo Construtor;	X	
23.3	Autorização de prorrogação do prazo global ou de prazos parcelares de execução de obras;	X	
25.1	Autorização da Concessionária para que o Construtor suspenda a execução da Empreitada ou de qualquer parte da mesma;	X	
28.2	Autorização para suspensão, substituição, modificação ou cancelamento da garantia bancária à primeira solicitação entregue pelo construtor;	X	
29	Resolução do Contrato de Construção;	X	
33.3	Acordo sobre alterações na programação ou execução das Obras por força da descoberta de achados históricos, geológicos ou arqueológicos;	X	
46	O recurso a arbitragem.	X	

## ANEXO VII

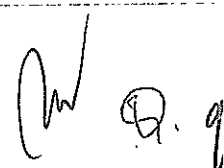
### OBRIGAÇÕES DE NOTIFICAÇÃO

Os termos usados na tabela *infra* têm o mesmo significado que no Contrato de Concessão.

Contrato de Concessão	
Cláusula	Obrigação de Notificação
12.2	Notificação da decisão do Concedente de modificar, ampliando ou reduzindo, o âmbito do Contrato de Concessão;
32.1	Notificação do Concedente à Concessionária da realização da Vistoria no Período de Transição;
41.3, 41.4, 41.5	Notificação ao Concedente sobre qualquer interrupção no abastecimento de água;
51.3	Apresentação, pela Concessionária ao Concedente, dos Projectos de Execução relativos às obras previstas para os primeiros dois anos da Concessão;
55.5	Notificação da Concessionária ao responsável pela construção sempre que detecte qualquer anomalia de construção ou qualquer omissão, que possa conduzir a futuros problemas ou dificuldades na exploração;
71.1	Revisão anual do tarifário;
71.3	Apresentação, pelo Concedente, de solicitação para alteração da fórmula de revisão do tarifário;

Contrato de Concessão	
Cláusula	Obrigação de Notificação
80.1	Ordem do Concedente para substituição de qualquer uma das empresas subcontratadas ou tarefeiros;
83.1	Apresentação do relatório sobre a actividade desenvolvida no ano anterior ao Concedente e ao IRAR;
83.2	Apresentação do relatório semestral relativo à actividade desenvolvida nos seis meses seguintes à data em que foi entregue o relatório anual ou o relatório relativo a qualquer aspecto específico da implementação do Plano de Investimentos;
86.2	Oposição às determinações do Concedente, nos termos da cláusula 86;
95.6	Notificação do Concedente à Concessionária da intenção de aplicação de multas;
96.5	Notificação do Concedente à Concessionária para cumprimento das obrigações contratuais e, consoante o caso, correcção ou reparação das deficiências verificadas, após sequestro;
96.9	Notificação do Concedente à Concessionária para retoma do exercício, após sequestro;
98.2	Notificação do Concedente à Concessionária da sua intenção de resgate da Concessão;
99.3	Notificação do Concedente à Concessionária para cumprimento integral das obrigações contratuais e correcção ou reparação das consequências das violações contratuais verificadas após o incumprimento;

Contrato de Concessão	
Cláusula	Obrigação de Notificação
99.6	Notificação do Concedente à Concessionária da intenção de exercer o seu poder de rescisão;
100.3	Notificação da Concessionária ao Concedente para que este cumpra integralmente as suas obrigações e corrija ou repare as consequências das violações contratuais verificadas;
104.2	Notificação pelo Concedente a requerer a constituição da Comissão Paritária.



Os termos usados na tabela *infra* têm o mesmo significado que no Contrato de Construção.

Contrato de Construção	
Cláusula	Obrigação de notificação
4.4.	Apresentação, pelo Construtor, à Concessionária de pedido de pagamento que especifique o valor dos custos dos trabalhos efectivamente executados no período correspondente, calculado com base no orçamento aprovado respeitante às Obras em causa;
5.2.	Apresentação, pelo Construtor, à Concessionária de um plano de segurança e saúde e um plano de gestão ambiental específicos para a Obra;
6.3	Envio pelo Construtor à Concessionária de relatório mensal com descrição da evolução das obras e informações sobre eventuais desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efectivo de cada um dos trabalhos e as previsões dos Projectos de Execução;
9.2.	Apresentação, pelo Construtor, à Concessionária de reclamação fundamentada sempre que entenda fazer valer direitos a compensações ou indemnizações de que se considere titular no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 da referida Cláusula;
9.4.	Notificação da Concessionária ao Construtor com vista ao estabelecimento de compromissos com o Concedente relativamente a matérias de responsabilidade do Concedente;
16.2.	Notificação da Concessionária ao Construtor da identidade do(s) terceiro(s) fiscal(ais) que desenvolverá(ão) a actividade fiscalizadora;
16.8	Notificação ao Construtor para correcção de falhas, defeitos, erros, irregularidades ou vícios a este imputáveis;

## Contrato de Construção

Cláusula	Obrigação de notificação
23.6	Informação recebida sobre a verificação da ocorrência de factos, imputáveis a terceiros, susceptíveis de provocar atrasos nos prazos de execução das Obras ou informações de posteriores atrasos na execução provocados por esses mesmos factos;
24.1	O pagamento de qualquer compensação contratual ou a aplicação de qualquer multa, indemnização ou coima ao Construtor;
26.1	Data prevista para recepção provisória;
26.1	Auto de recepção provisória;
27.1	Data prevista para recepção definitiva;
27.1	Auto de recepção definitiva;
33.2	Comunicação de descoberta de elementos de interesse histórico, geológico ou arqueológico no local das Obras;
36.3	Prorrogação do prazo global ou dos prazos parcelares de execução das Obras;
46.3	A comunicação de ocorrência de qualquer litígio no âmbito do Contrato de Construção.

**ANEXO VIII**  
**PARTICIPAÇÕES**

BANCOS	Franchises	
	Franchise A	Franchise B
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	€ 6.500.000,00	€ 0,00
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	€ 0,00	€ 1.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>€ 6.500.000,00</b>	<b>€ 1.000.000,00</b>



## ANEXO IX

### PEDIDO DE UTILIZAÇÃO

Ao

[ *Banco Agente* ]

A/c do Ex.mo Senhor

[ ● ]

[ *Morada* ]

[ *Local e data* ]

Ex.mos Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Financiamento celebrado em Lisboa entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o Caixa - Banco de Investimento, S.A. e a sociedade AdAz - Águas de Azambuja, S.A., enquanto Concessionária, datado de 8 de Maio de 2009 (doravante "**Contrato de Financiamento**").

Salvo se de outro modo definido na presente carta, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula terão o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições celebrado na mesma data do Contrato de Financiamento por, entre outros, a Concessionária e os Bancos.

Vimos pela presente, e nos termos da Cláusula 8 (*Pedidos de Utilização*) do Contrato de Financiamento, solicitar a utilização do Empréstimo, ao abrigo da Tranche A, no montante de EUR [ ● ] ([ ● ] Euros), sendo este montante utilizado para [ ● ].

A Concessionária declara que:

1. O montante cujo desembolso é solicitado nos termos da presente carta será utilizado para os fins acordados e especificados na Cláusula 3 (*Finalidade*) do Contrato de Financiamento;
2. Todos os Contratos do Projecto encontram-se em vigor;
3. Não existem [ *para além das constantes de* [ ● ] ] alterações às declarações e garantias prestadas pela Concessionária nos termos do Anexo V (*Declarações e Garantias*) ao Acordo de Definições de que os Bancos não tenham sido informados;
4. Não existe, na presente data, nem advirá da utilização do Empréstimo ora solicitado, qualquer Situação de Vencimento ou Potencial Situação de Vencimento.



Mais se solicita que o referido desembolso se processe no dia [ ● ], mediante crédito na Conta de Receitas, conforme previsto nos Contratos Financeiros.

*[ Tendo em conta que o montante a desembolsar se destina, total ou parcialmente, ao pagamento das obras de Infra-Estruturas, juntamos em anexo as facturas referentes a esses custos visadas pelo Consultor Técnico. ]*

Com os melhores cumprimentos,

[ Assinaturas dos representantes legais da Concessionária ]

## ANEXO X

### PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL

#### Concessionária

E pelos outorgantes na qualidade em que intervêm foi dito:

Que, em ou por volta de 8 de Maio de 2009 será celebrado um contrato de financiamento (abreviadamente "**Contrato de Financiamento**"), um contrato de garantias, um acordo sobre regras de cálculo e projecções financeiras, um acordo de definições, um contrato de depósito bancário, um contrato de opção de compra e um contrato de cobertura do risco de taxa de juro (em conjunto "**Contratos Financeiros**") entre, por um lado, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Caixa - Banco de Investimento, S.A., como mutuantes (abreviadamente e em conjunto "**Bancos**"), e, por outro lado, a Mandante, como mutuária, e a Aquapor - Serviços, S.A., a Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A., a Luságua - Serviços Ambientais, S.A., a Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A. e a Pragosa Ambiente, S.A. como accionistas e garantes, pelo qual os mutuantes concederão à Mandante um financiamento no montante global de [ ● ].

Que pelo presente instrumento e nos termos e condições nele previstos, a Mandante constitui o Caixa - Banco de Investimento, S.A., sociedade comercial anónima, com sede na Rua Barata Salgueiro, nº 33, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 67081, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões, duzentos e cinquenta mil Euros), pessoa colectiva número 501 898 417, procurador da Mandante (abreviadamente "**Procurador**"), a quem confere plenos e amplos poderes, incluindo os de substabelecer no todo ou em parte para, em seu nome e representação:

- (a) Dar em penhor (incluindo penhor financeiro), parte ou totalidade, de quaisquer bens, presentes ou futuros, propriedade da Mandante, passíveis de ser empenhados, nos termos e condições que o Procurador considerar mais convenientes, com vista a garantir o cumprimento de qualquer uma das obrigações pecuniárias assumidas pela Mandante nos termos dos Contratos Financeiros;
- (b) Hipotecar, parte ou totalidade, de quaisquer bens, presentes ou futuros, propriedade da Mandante, passíveis de serem hipotecados, nos termos e condições que o Procurador considerar mais convenientes, com vista a garantir o cumprimento de qualquer uma das obrigações pecuniárias assumidas pela Mandante nos termos dos Contratos Financeiros;
- (c) Notificar qualquer pessoa, singular ou colectiva, da cessão de créditos com escopo de garantia efectuada pela Mandante, nos termos e condições e para os efeitos que achar mais conveniente;
- (d) Vender, incluindo, sem limitação, em execução extra-processual de penhor, alienar ou sob qualquer forma transmitir quaisquer bens, presentes ou futuros, propriedade da Mandante, que se encontrem dados em garantia aos Bancos, incluindo, sem limitação,

direitos e bens móveis de qualquer tipo, nos termos e nas condições que o Procurador considerar mais convenientes de acordo com o seu critério insindicável e utilizar quaisquer quantias recebidas em resultado daquela venda, alienação ou transmissão no pagamento de obrigações assumidas pela Mandante ou garantidos por aqueles bens e / ou direitos;

- (e) Cobrar e receber em pagamento (incluindo nos termos do artigo seiscentos e oitenta e cinco do Código Civil), individual ou conjuntamente com outros credores pignoratícios, vender, ceder ou sob qualquer outra forma transferir ou alienar em parte ou na totalidade, os créditos, presentes ou futuros, empenhados a favor dos Bancos, detidos pela Mandante, nos termos e condições que considere aconselháveis, realizando todas as notificações para o efeito necessárias, úteis ou convenientes;
- (f) Movimentar, sob qualquer forma, quaisquer contas bancárias de que a Mandante seja ou venha a ser titular, realizando todo o tipo de operações activas ou passivas em termos, condições e para os efeitos que o Procurador entender, realizando, designadamente, sem limitação ordens de transferência, ordens de pagamento, pedido de emissão de cheques bancários ou qualquer outro tipo de meios de pagamento emitidos ou aceites pelo banco depositário;
- (g) Realizar tudo o que se mostrar necessário, útil ou conveniente para a concretização dos actos aqui previstos e executar todos os instrumentos, incluindo, sem limitação, escrituras públicas, actos de registo, documentos e requerimentos de qualquer tipo ou natureza e ainda executar todos os actos que, em qualquer momento, sejam necessários, úteis ou convenientes para os fins aqui estabelecidos.

Esta procuração não poderá ser revogada sem o acordo prévio do Procurador e dos demais Bancos, por ser conferida também no seu interesse, pois permitirá constituir garantias que lhe foram prometidas e executá-las de forma mais célere e autónoma, bem como assegurar o cumprimento de algumas obrigações previstas nos Contratos Financeiros, conforme previsto no número três do artigo duzentos e sessenta e cinco do Código Civil, nem caduca por extinção, cisão, fusão, cisão-fusão, transformação, dissolução ou liquidação da Mandante, nos termos do disposto no artigo mil cento e setenta e cinco daquele código, porque conferido no interesse do Procurador e dos demais Bancos.

O Procurador é ainda irrevogável e incondicionalmente autorizado a, nos termos do artigo duzentos e sessenta e um do Código Civil, a celebrar um ou mais negócios consigo mesmo ou com qualquer pessoa com a qual esteja, directa ou indirectamente, em relação de domínio ou de grupo, nos termos e condições que julgar mais convenientes.

Assim o DISSERAM e OUTORGARAM.

Esta procuração foi lida e o seu conteúdo explicado, em voz alta, aos outorgantes.

## Accionistas

E pelos outorgantes na qualidade que intervêm, foi dito:

Que, em ou por volta de 8 de Maio de 2009 será celebrado um contrato de financiamento (abreviadamente "**Contrato de Financiamento**"), um contrato de garantias, um acordo sobre regras de cálculo e projecções financeiras, um acordo de definições, um contrato de depósito bancário, um contrato de opção de compra e um contrato de cobertura do risco de taxa de juro (em conjunto "**Contratos Financeiros**") entre, por um lado, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Caixa - Banco de Investimento, S.A., como mutuantes (abreviadamente e em conjunto "**Bancos**"), e, por outro lado, a AdAz - Águas de Azambuja, S.A. ("**Águas de Azambuja**"), como mutuária, e a Aquapor - Serviços, S.A., a Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A., a Luságua - Serviços Ambientais, S.A., a Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A. e a Pragosa Ambiente, S.A. como accionistas e garantes, pelo qual os mutuantes concederão à mutuária um financiamento no montante global de [ ● ].

Que pelo presente instrumento e nos termos e condições nele previstos, a Mandante constitui o Caixa - Banco de Investimento, S.A., sociedade comercial anónima, com sede na Rua Barata Salgueiro, nº 33, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 67081, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e sessenta e cinco mil Euros), procurador da Mandante (abreviadamente "**Procurador**"), a quem confere plenos e amplos poderes para, em seu nome e representação:

- (a) Dar em penhor (incluindo penhor financeiro), vender (incluindo, sem limitação, em execução processual ou extra-processual de penhor) ou sob qualquer outra forma transferir ou alienar, parte ou totalidade, das acções, presentes ou futuras, detidas pela Mandante representativas do capital social da Águas de Azambuja, incluindo, portanto, quaisquer acções emitidas depois da presente data, bem como quaisquer direitos de subscrição, direitos de incorporação, dividendos e quaisquer outros direitos inerentes a essas acções, passíveis de serem empenhados, vendidos ou sob qualquer outra forma, transferidos, nos termos e nas condições que o Procurador considerar mais convenientes;
- (b) Cobrar e receber em pagamento (incluindo nos termos do artigo seiscentos e oitenta e cinco do Código Civil), individual ou conjuntamente com outros credores pignoratícios, vender, ceder ou sob qualquer outra forma transferir ou alienar em parte ou na totalidade, os créditos, presentes ou futuros, empenhados a favor dos Bancos, detidos pela Mandante sobre a Águas de Azambuja, na sua qualidade de accionista, nos termos e condições que considere aconselháveis, realizando todas as notificações para o efeito necessárias, úteis ou convenientes;
- (c) Utilizar quaisquer quantias recebidas em resultado da venda, alienação ou transmissão, a qualquer título dos bens referidos no presente instrumento para cumprimento das obrigações da Águas de Azambuja;

- (d) Exercer todos os direitos inerentes às acções representativas do capital social da Águas de Azambuja, nos termos e condições que entenda mais convenientes e sem ter que atender aos interesses da Mandante, nomeadamente, representando a Mandante em reuniões da Assembleia Geral da Águas de Azambuja. (incluindo em deliberações unânimes e assembleias universais nos termos do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais), votando e apresentando propostas;
- (e) Renunciar ao direito de preferência de que a Mandante seja titular na transmissão de acções representativas do capital social da Águas de Azambuja;
- (f) Lavrar declarações de transmissão de acções, nos termos do Código de Valores Mobiliários, e endossar títulos de acções;
- (g) Realizar tudo o que se mostrar útil, necessário ou conveniente para a concretização dos actos aqui previstos e executar todos os instrumentos, incluindo, sem limitação, escrituras públicas, actos de registo, documentos e requerimentos de qualquer tipo ou natureza, assim como executar todos os actos que, em qualquer momento, sejam necessários, úteis ou convenientes para os fins aqui referidos;
- (h) Notificar os demais accionistas da Águas de Azambuja para o exercício do direito de preferência na alienação ou oneração de parte ou totalidade das acções representativas do capital social da Águas de Azambuja, da sua titularidade;
- (i) Receber todas e quaisquer notificações para o exercício do direito de preferência da Mandante na alienação ou oneração de parte ou da totalidade das acções representativas do capital social da Águas de Azambuja.

Esta procuração não poderá ser revogada sem o acordo prévio do Procurador e dos demais Bancos, por ser conferida também no seu interesse, pois permitirá constituir garantias que lhe foram prometidas e executá-las de forma mais célere e autónoma, bem como assegurar o cumprimento de algumas obrigações previstas nos Contratos Financeiros, conforme previsto no número três do artigo duzentos e sessenta e cinco do Código Civil, nem caduca por extinção, cisão, fusão, cisão-fusão, transformação, dissolução ou liquidação da Mandante, nos termos do disposto no artigo mil cento e setenta e cinco daquele código, porque conferido no interesse do Procurador e dos demais Bancos.

O Procurador é ainda irrevogável e incondicionalmente autorizado a, nos termos do artigo duzentos e sessenta e um do Código Civil, celebrar um ou mais negócios consigo mesmo ou com qualquer pessoa com a qual esteja, directa ou indirectamente, em relação de domínio ou de grupo, nos termos e condições que julgar mais convenientes.

Assim o DISSERAM e OUTORGARAM.

Esta procuração foi lida e o seu conteúdo explicado, em voz alta, aos outorgantes.

**ANEXO XI**  
**SEGURADORAS**

A Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., Generali Companhia de Seguros, S.P.A.,  
AIG Europe S.A. – Sucursal em Portugal ou qualquer companhia seguradora cujo *rating*  
mínimo seja de A pela S&P, ou *rating* equivalente noutra agência de *rating*.

## ANEXO XII

### SEGUROS

A concessionária contratará e manterá em vigor as apólices de seguro necessárias para a cobertura dos riscos da Concessão, de acordo com o Programa de Seguros que foi descrito no Relatório de Consultoria de Seguros:

a) Acidentes de Trabalho

De acordo com a estimativa salarial da Águas da Azambuja para o ano em curso, o capital inicial a segurar será de 52.000,00 euros, o qual deverá ser actualizado quando se revele necessário.

O presente seguro será subscrito na modalidade de “folha de férias”, por um ano e seguintes, com início em 04 de Maio de 2009.

b) Seguros de Doença

Para todos os funcionários da Águas da Azambuja e respectivos agregados familiares, conforme plano definido pela empresa.

Este seguro deverá ser constituído após os funcionários e respectivos agregados familiares começarem a preencher e enviar os formulários de adesão.

c) Seguros de Vida

Para todos os funcionários da Águas da Azambuja, conforme plano definido pela empresa.

Este seguro deverá ser constituído após os funcionários começarem a preencher e enviar os formulários de adesão.

d) Seguro de Multirriscos

O presente seguro arrancará com capital de 5.000.000,00 euros para a cobertura base e de 366.497,00 euros de avaria de máquinas, valores que deverão corresponder ao activo corpóreo bruto dos bens da concessão.

Os ditos capitais a segurar deverão ser actualizados a todo o momento, sempre que exista uma variação patrimonial, quer esta derive de alienações, incorporações ou reavaliações.



O presente seguro terá o seu início em 01 de Julho de 2009, uma vez que só nesta data é que se verifica a efectiva transferência da propriedade, operação e exploração para a Águas da Azambuja.

e) Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel

A efectuar de acordo com a legislação em vigor, por um capital de 50.000.000,00 euros, por viatura, para a totalidade do parque circulante da Águas da Azambuja.

Considerando que actualmente a Águas da Azambuja não tem na sua posse qualquer viatura, este seguro deverá ser constituído a partir do momento em que exista a compra de qualquer veículo, ALD, AOV, ou qualquer outro regime semelhante ou equivalente.

f) Seguro de Responsabilidade Civil Exploração

O presente seguro terá o seu início em 01 de Julho de 2009, uma vez que só nesta data é que se verifica a efectiva transferência da propriedade, operação e exploração para a Águas da Azambuja.

O capital a segurar será 2.500.000,00 euros, por sinistro e anuidade do seguro.

g) Seguro de Responsabilidade por Danos Ambientais

Este seguro deverá estar constituído, o mais tardar, até 01 de Janeiro de 2010, com um capital mínimo a segurar de 2.500.000,00 euros.

h) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Directores

O presente seguro terá início no próximo dia 04 de Maio de 2009, com um capital seguro de 5.000.000,00 euros/ano, para o grupo de empresas que constitui a Aquapor.

**ANEXO XIII**  
**COMUNICAÇÕES**

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**

A/C Dr. José Augusto Sousa

Morada: Caixa Empresas Braga, Largo de S. Francisco, n.º 38, 4700-303, Braga

Fax: 253 609 417

**CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**

A/C Dr. Paulo Silva e Dr. Sérgio Sequeira

Morada: Rua Barata Salgueiro, n.º 33, 1269-057 Lisboa

Fax: 213 896 713

**Concessionária**

**ADAZ - ÁGUAS DE AZAMBUJA, S.A.**

A/C Eng. Diogo Faria de Oliveira

Morada: Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, 2050-335 Azambuja

Fax: 217 974 649

**AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.**

A/C Eng. Diogo Faria de Oliveira

Morada: Av. 5 de Outubro, 293, 7º piso, 1600-035 Lisboa

Fax: 217 974 649

**ECOBREJO, S.A.**

A/C Senhor João Cerejo Pragosa

Morada: Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria - S. Pedro, 2480-188 Porto-de-Mós

Fax: 244 481 049

**LUSÁGUA – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.**

A/C Eng. Diogo Faria de Oliveira

Morada: Av. 5 de Outubro, 293, 7º piso, 1600-035 Lisboa

Fax: 217 974 649

**LUSÁGUA ALCANENA – GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.**

A/C Eng. Diogo Faria de Oliveira

Morada: Rua do Monte Branco, n.º 136, Bugalhos, 2380-057 Alcanena

Fax: 249 889 329

**PRAGOSA AMBIENTE, S.A.**

A/C João Cerejo Pragosa

Morada: Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria - S.Pedro, 2480-188 Porto-de-Mós

Fax: 244 481 049

**ANEXO XIV**  
**PLANO DE REEMBOLSO**

**PLANO DE REEMBOLSO DA**  
**TRANCHE A**

Prestação semestral	%
1	1,2%
2	1,2%
3	0,9%
4	0,9%
5	1,2%
6	1,2%
7	2,4%
8	2,4%
9	3,0%
10	3,0%
11	3,3%
12	3,3%
13	3,4%
14	3,4%
15	3,7%
16	3,7%
17	4,9%
18	4,9%
19	5,0%
20	5,0%
21	4,8%
22	4,8%
23	5,6%
24	5,6%
25	5,9%
26	5,9%
27	4,6%
<hr/>	
100,000%	

As percentagens indicadas correspondem ao montante mínimo indicativo a reembolsar em cada semestre, sem prejuízo do reembolso efectivo poder ser, em cada semestre, superior ao montante correspondente à referida percentagem em resultado da aplicação do mecanismo de *cash weep* previsto na cláusula 26.3 (*Cash Sweep*) do Contrato de Financiamento.

## ANEXO XV

### INVESTIMENTOS AUTORIZADOS

A Concessionária apenas está autorizada a efectuar os investimentos financeiros abaixo identificados, com os seguintes prazos máximos de vencimento:

Instrumentos	Rating Mínimo	Prazo Máximo de Vencimento
Depósitos a Prazo	A1 ou P1	1 (um) ano
Certificados de Depósito	A1 ou P1	1 (um) ano
Obrigações do Tesouro	A1 ou P1	1 (um) ano
Outros Títulos da Dívida Pública	A1 ou P1	1 (um) ano

**ANEXO XVI**  
**TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DAS CONTAS BANCÁRIAS**

## CONDIÇÕES GERAIS DE ABERTURA DE CONTA PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS

### I. DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - As presentes Condições Gerais regulam a abertura, movimentação e encerramento das contas de referência e das associadas, constituídas em Portugal por pessoas, colectivas públicas ou privadas ou por entidades que lhes sejam, por lei ou por vontade das partes, equiparadas (ex.: associações não reconhecidas, comissões, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, condomínios, empresários em nome individual), sem prejuízo das disposições legais aplicáveis e daquilo que for especialmente convencionado pelas partes.

1.1 - São partes no presente contrato de abertura de conta a Caixa Geral de Depósitos, adiante designada por Caixa, e a pessoa colectiva ou entidade equiparada titular das contas de referência e associadas.

2 - Entende-se por conta de referência a conta de depósito à ordem cuja abertura implica a celebração do presente contrato.

2.1 - São contas associadas outras contas de depósito de dinheiro ou contas de registo ou depósito de valores mobiliários constituídas na dependência da conta de referência, e com a mesma titularidade, salvo disposição legal ou estipulação escrita das partes em contrário.

2.2 - A numeração das contas indica a natureza e o tipo de cada uma, considerando-se todas domiciliadas na agência onde se encontra constituída a conta de referência.

3 - As pessoas colectivas e entidades equiparadas são representadas nas suas relações com a Caixa, designadamente nos actos de movimentação de contas, pelas pessoas singulares que, nos termos da lei, dos estatutos, do pacto social ou de deliberação tomada pelos seus órgãos, tenham poderes para o efeito, quer essas pessoas estejam integradas nas respectivas estruturas orgânicas, quer sejam terceiros a quem a pessoa colectiva ou a entidade equiparada tenha conferido procuração.

3.1 - Exceptuam-se do número anterior as entidades equiparadas a pessoa colectiva que tenham por substrato uma pessoa singular (ex.: estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, empresários em nome individual), a qual será, nesse caso, titular das contas, podendo conceder a terceiro poderes representativos mediante procuração.

4 - O contrato de abertura de conta respeita apenas a depósitos voluntários, e não aqueles que forem efectuados em virtude de preceitos legais que determinem a sua constituição.

5 - Não se consideram abrangidas pelo presente contrato as contas constituídas por quem não seja seu titular.

6 - O contrato de abertura de conta e as contas de referência e associadas regem-se pelo direito português, salvo convenção escrita das partes em contrário.

### II. DAS CONTAS DE DEPÓSITO DE DINHEIRO EM GERAL

#### Titularidade das Contas

7 - Designa-se por titular de uma conta a pessoa colectiva ou a entidade equiparada a favor de quem a mesma é constituída.

#### Poderes de Movimentação

8 - Os poderes de movimentação de que o titular dispõe serão exercidos através de representante, de acordo com os n.ºs 3 e 3.1 das presentes Condições Gerais.

9 - Os poderes de representação abrangem, salvo disposição legal, estatutária ou contratual em contrário, a conta de referência e todas as contas de depósito de dinheiro associadas.

#### Encerramento

10 - Qualquer uma das contas poderá ser encerrada por iniciativa da Caixa ou do respectivo titular, mediante comunicação escrita dirigida à parte contraída; tratando-se, porém, da conta de referência, tal implicará o encerramento de todas as contas associadas.

10.1 - Se a iniciativa for da Caixa, e não for invocada justa causa, a comunicação, a que se refere o número anterior, deverá ser feita com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data do encerramento.

10.2 - O titular deverá proceder à restituição dos cheques ainda não utilizados e, bem assim, dos restantes instrumentos, incluindo cartões de débito, que facultem a movimentação da conta.

10.3 - Encerrada a conta, não serão executadas quaisquer ordens de crédito ou de débito (incluindo cheques), ainda que anteriores.

### III. DAS CONTAS DE DEPÓSITO DE DINHEIRO EM GERAL

#### Tipos de Contas

11 - Consideram-se contas de depósito à ordem aquelas cujo saldo é exigível a todo o tempo.

11.1 - A Caixa fixará os diversos tipos de contas de depósito à ordem, definindo as suas características e condições.

#### Abertura

12 - A abertura da conta de referência implica a recolha dos elementos de identificação do titular e das pessoas singulares que o representam e, bem assim, do espécime das respectivas assinaturas.

O espécime da assinatura vale para todas as contas associadas, incluindo as de valores mobiliários.

13 - O titular e os seus representantes identificam-se perante a Caixa através de assinatura manuscrita, a qual será conferida por semelhança com o respectivo espécime.

14 - Sempre que haja alteração dos elementos de identificação ou da assinatura, o titular ou o seu representante deverá proceder, de imediato, à sua actualização.

#### Movimentação

15 - A Caixa fixará, relativamente a cada tipo de conta de depósito à ordem, as espécies de valores que nela serão depositados, podendo consistir em numerário, cheques ou outros valores convertíveis em dinheiro, ou em crédito meramente escriturais.

15.1 - As entregas para depósito deverão ser realizadas nos locais e pelos modos estabelecidos pela Caixa.

15.2 - O depósito de cheques ou de outros valores dependentes de cobrança só se considera efectuado e disponível após terem sido definitivamente cobrados, podendo o respectivo serviço de cobrança ser remunerado.

15.3 - A Caixa poderá autorizar a mobilização antecipada, remunerada ou não, da quantia representada pelos cheques ou valores dependentes de cobrança, mas, se esta não vier a ser efectuada, o titular da conta será responsável pelo seu reembolso.

16 - As contas poderão ser movimentadas a crédito por terceiro, salvo indicação escrita do titular em contrário.

17 - A Caixa fixará, em relação a cada tipo de conta, as respectivas formas de movimentação a débito, podendo as mesmas consistir em cheque, ordem escrita, cartão de débito ou outro meio telemático.

17.1 - Salvo estipulação escrita das partes em contrário, serão admitidas em relação a cada conta todas as formas de movimentação a débito genericamente previstas para o respectivo tipo.

18 - Nas contas cujo regime o permita, e desde que não haja impedimento legal, a Caixa poderá celebrar com o titular uma convenção de

• Autorizando-o a dispor do saldo por meio de cheque.

A concessão de licença não, porém, obrigatoriamente rescindida nos termos do Decreto-Lei n.º 254/91, de 24.12 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/01), sempre que ocorram as circunstâncias nele previstas.

Constitui especial dever do titular proceder com diligência à guarda, preservação e emissão dos cheques, de modo a evitar o seu uso fraudulento pelo.

alquer ordem de movimentação e débito é irrevogável depois de executada, salvo disposição legal em contrário.

Willasduido d'ia d'araios de moovimengtoço telemandicos regre-se por contratos especiais.

movimentos a débito serão escriturados na conta com data-valor do dia da sua realização e os movimentos a crédito com data-valor do primeiro de expediente bancário seguinte.

notaram-se descobertos os saldos negativos que a conta de depósito é orden apresentar em virtude de ocorrências anômalas verificadas na sua natureza (ex.: não cobrança de valores mobiliizados, cheques pagos não obstante a falta de provisão, levantamentos para além do saldo efectuados após de off-line) ou de operações de crédito acordadas com o titular.

Onde o saldo negativo incidem juros remuneratórios à taxa praticada e publicitada pela caixa nos termos legais, acrescendo uma sobreavisa de 4% ao ano, ou outra que seja legalmente admitida; se o referido saldo não for regularizado no prazo que a Caixa fixar.

em prejuizo da mora do devedor, e a Caixa poderá debitar a quantia em litigada, respectivamente, juros e encargos em qualquer outra conta de depósito à la que o devedor seja titular, podendo proceder a compensação com quaisquer outras transações no devedor.

Se o desconto tiver origem numa operação de crédito contratada, não se aplicará o disposto nos números anteriores, mas sim o que for estipulado nos

titular deverá acompanhar com regularidade os lançamentos efectuados na caixa, verificando, nomeadamente, os erros enviados pelo modo a aperceber-se, o mais cedo possível, de eventuais irregularidades, tais como a escurificação incorrecta de uma operação realizada

Qualquer anomalia deverá ser comunicada, de imediato, à Calxa.

Por, quando devidos nos termos das condições estabelecidas pela Caixa para o respectivo tipo de conta de depósito à ordem, serão calculados, dia a dia, até ao fim de julho, a partir da data de abertura da conta, sendo capitalizados anualmente na conta, depois de dedução de encargos fiscais a 10%.

1. विद्यया ऽमृतमश्नुते

[illegible]

Information is provided by the user and is not intended to be used for any purpose other than the one for which it was provided. The user is responsible for the accuracy and completeness of the information provided. The user is also responsible for the security of the information provided. The user is not responsible for the accuracy and completeness of the information provided by any third party. The user is also not responsible for the security of the information provided by any third party. The user is not responsible for the accuracy and completeness of the information provided by any third party. The user is also not responsible for the security of the information provided by any third party.

~~FORN DISSEMINATION OF COMINT PRESENTS A POTENTIAL VIOLATION OF POLICY~~

© 2015 by the author(s). Published by Cambridge University Press on behalf of the American Psychological Association. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted re-use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

*[Illegible handwritten text]*

3. Os dados estatísticos dos empréstimos classificados dentro das modalidades, supracitadas, no seu vencimento, na conta de referência, salvo se o contrário resultar, são

lejos de los países con una alta calidad de vida, sino que se dirigieron a China, por ejemplo, con el propósito de iniciar la producción de productos de lujo.

Asseguro, sob juramento, a veracidade das informações prestadas e não me reservo o direito de retractar ou de modificar as mesmas, sob pena de ser considerado culpado de crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 304 do Código Penal.

1. No momento da concessão de crédito foi estabelecido compromisso condicionado, nos termos previstos na lei, que não seria improfiável; e, portanto, o crédito não poderá ser utilizado para qualquer destino de prazo.

[illegible]

14. O presente Edital é válido até 30/09/2016, podendo ser prorrogado caso necessário.

prática e sempre sempre-se autocompensationes por igual percentagem, e a taxa de juro então em vigor, valor anuaia incluída nos juros em conversão de 100%.

de acordo com o disposto no Regulamento Especial, ou em qualquer outro caso previsto pelo Edital, ou previstas em disposições legais ou regulamentares.

[illegible]

deram-se contas de valores mobiliários as contas de resgate ou de depósito de valores mobiliários constituídas nos termos e para os usos na lei, desvinculando-se do patrimônio dos valores mobiliários.

das de valores mobiliários negociados por contrato especial.

**உதயசுந்தரி**

respondência para envio para o endereço informado no formulário de cadastro, quando registrada, praticando-se o seguinte, salvo prova em contrário, não há prazo para o envio da correspondência para o endereço registrado, se esse o não for; a correspondência tem-se por recebida se o

foi francamente respeitante às relações entre a Calve e o Alcazar e, bem assim, os dados pessoais deste e dos seus representantes serão protegidos da lei.

Na reserva-se o direito de propor a alteração destas Condições Gerais, a alteração considera-se aceita se o titular, no prazo de 15 dias após o término da comunicação, não se opuser.



**ANEXO XVII**  
**NOTIFICAÇÃO DE OPÇÃO**

Às

**Aquapor - Serviços, S.A.**

Avenida 5 de Outubro, n.º 293 -7.º

Lisboa

**Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.**

Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria

Porto de Mós

**Luságua – Serviços Ambientais, S.A.**

Av. 5 de Outubro, 293, 7º piso

Lisboa

**Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A.**

Rua do Monte Branco, n.º 136, Bugalhos

Alcanena

**Pragosa Ambiente, S.A.**

Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria

Porto de Mós

[ Local e data ]

Assunto: Notificação de Opção

Ex.mos Senhores,

Fazemos referência ao contrato de opção de compra celebrado em 8 de Maio de 2009 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o Caixa - Banco de Investimento, S.A. (em conjunto "Bancos"), a AdAz - Águas de Azambuja, S.A., a Aquapor - Serviços, S.A., a Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A., a Luságua – Serviços Ambientais, S.A., a Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. e Pragosa Ambiente, S.A. (doravante "**Contrato de Opção de Compra**").

Salvo se de outro modo definido na presente carta, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula terão o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições celebrado na mesma data do Contrato de Opção de Compra entre os Bancos, a Concessionária e as Accionistas.

Existindo uma Situação de Vencimento, os Bancos vêm por este meio, e nos termos da cláusula 2. (*Opção de Compra*) do Contrato de Opção de Compra, exercer o direito de Opção de Compra de todas as Acções e as respectivas Novas Acções e as Futuras Acções, pelo Preço da Opção de Compra, ou seja, EUR 1,00 (um Euro), sujeito a ajustamento nos termos da cláusula 10. (*Ajustamento*) do referido contrato.

Ainda de acordo com o previsto na cláusula 8. (*Contrato de Compra e Venda de Acções*) do Contrato de Opção de Compra, a celebração do Contrato de Compra e Venda terá lugar no dia [ ● ], às [ ● ] horas, em [ ● ], para o que as Accionistas ficam desde já pela presente e para os devidos efeitos notificadas.

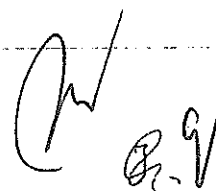
[ Nos termos da cláusula 3. (*Contrato para pessoa a nomear*) do Contrato de Opção de Compra, os Bancos nomeiam a sociedade [ ● ], com sede em [ ● ], cujo capital é detido

*maioritariamente, directa ou indirectamente, pelos Bancos, para adquirir os seus direitos e assumir as suas obrigações decorrentes daquele contrato.*

*Para este efeito, juntam declaração escrita expressa de ratificação do Contrato de Opção de Compra subscrita por aquela sociedade. ]*

Com os melhores cumprimentos,

[ Assinatura autorizada dos Bancos ]

Handwritten signature and initials, possibly "P. G.", in the bottom right corner.

ANEXO XVIII  
NOTIFICAÇÃO DE RECOMPRA

Aos

[ *Bancos* ]

[ *Local e data* ]

**Assunto:** Notificação de Recompra

Ex.mos Senhores,

Fazemos referência ao contrato de opção de compra celebrado em 8 de Maio de 2009 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o Caixa - Banco de Investimento, S.A. (em conjunto "**Bancos**"), a Águas de Azambuja, S.A., a Aquapor - Serviços, S.A., a Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A., a Luságua – Serviços Ambientais, S.A., a Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. e Pragosa Ambiente, S.A. (doravante "**Contrato de Opção de Compra**").

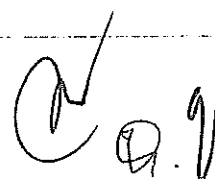
Salvo se de outro modo definido na presente carta, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula terão o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições celebrado na mesma data do Contrato de Opção de Compra entre os Bancos, a Concessionária e as Accionistas.

Estando na presente data já cumpridas todas as Obrigações Garantidas, as Accionistas vêm por este meio, e nos termos da cláusula 11. (*Opção de Recompra e Opção de Revenda*) do Contrato de Opção de Compra, exercer o direito de Opção de Recompra de todas as Acções e as respectivas Novas Acções e as Futuras Acções, pelo Preço de Recompra, ou seja, pelo preço de EUR 1,00 (um Euro).

Ainda, de acordo com o previsto na cláusula 11 (*Opção de Recompra e Opção de Revenda*) do Contrato de Opção de Compra, a celebração do Contrato de Recompra terá lugar no dia [ ● ], às [ ● ] horas, em [ ● ], para o que os Bancos ficam desde já, pela presente e para os devidos efeitos, notificados.

Com os melhores cumprimentos,

[ **Assinaturas dos representantes legais das Accionistas** ]

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'C. A. V.' or similar, located in the bottom right corner of the page.

**ANEXO XIX**  
**NOTIFICAÇÃO DE REVENDA**

Às

**Aquapor - Serviços, S.A.**

Avenida 5 de Outubro, n.º 293 -7.º

Lisboa

**Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.**

Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria

Porto de Mós

**Luságua – Serviços Ambientais, S.A.**

Av. 5 de Outubro, 293, 7º piso

Lisboa

**Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A.**

Rua do Monte Branco, n.º 136, Bugalhos

Alcanena

**Pragosa Ambiente, S.A.**

Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria

Porto de Mós

[ Local e data ]

**Assunto:** Notificação de Revenda

Ex.mos Senhores,

Fazemos referência ao contrato de opção de compra celebrado em 8 de Maio de 2009 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o Caixa - Banco de Investimento, S.A. (em conjunto "Bancos"), a Águas de Azambuja, S.A., a Aquapor - Serviços, S.A., a Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A., a Luságua - Serviços Ambientais, S.A., a Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A. e Pragosa Ambiente, S.A. (doravante "**Contrato de Opção de Compra**").

Salvo se de outro modo definido na presente carta, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula terão o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições celebrado na mesma data do Contrato de Opção de Compra entre os Bancos, a Concessionária e as Accionistas.

Estando integralmente [ *cumpridas as Obrigações Garantidas / sanada a Situação de Vencimento cuja verificação conferiu eficácia à Opção de Compra no âmbito do Contrato de Opção de Compra* ], os Bancos vêm por este meio e nos termos da cláusula 11. (*Opção de Recompra e Opção de Revenda*) do Contrato de Opção de Compra, exercer o direito de Opção de Revenda de todas as Acções e as respectivas Novas Acções e as Futuras Acções, pelo Preço de Revenda, ou seja, EUR 1,00 (um Euro).

Ainda de acordo com o previsto na cláusula 11. (*Opção de Recompra e Opção de Revenda*) do Contrato de Opção de Compra, a celebração do Contrato de Recompra terá lugar no dia [ ● ], às [ ● ] horas, em [ ● ], para o que as Accionistas ficam desde já pela presente e para os devidos efeitos notificadas.

Com os melhores cumprimentos,

[ Assinatura autorizada dos Bancos ]



**ANEXO XX**  
**CONTRATO DE EMISSÃO DE GARANTIA BANCÁRIA**

*Aw*  
09.91

**Contrato de Emissão de Garantia Bancária  
com Fiança e Penhor Financeiro sobre Depósitos**

ENTRE

Caixa - Banco de Investimento, S.A.

E

AdAz - Águas da Azambuja, S.A.

E

Aquapor - Serviços, S.A.

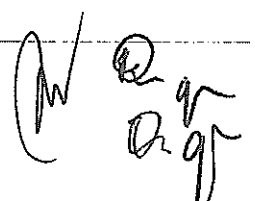
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.

Águas do Vouga, Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, S.A.

Lisboa, 7 de Abril de 2009

**URÍA MENÉNDEZ**

 **VIEIRA DE ALMEIDA**  
& Associados Sociedade de Advogados, R.L.



## ÍNDICE

<b>1. DEFINIÇÕES .....</b>	<b>6</b>
1.1. Definições .....	6
1.2. Referências .....	9
1.3. Singular / Plural .....	9
1.4. Exemplificação .....	9
1.5. Epígrafes .....	9
1.6. Outros termos em maiúsculas .....	9
<b>2. DECLARAÇÕES E GARANTIAS .....</b>	<b>9</b>
2.1. Concessionária, Accionistas e Garante .....	9
2.2. Repetição e renovação .....	10
2.3. Alterações .....	10
<b>3. DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE .....</b>	<b>10</b>
<b>4. GARANTIA BANCÁRIA .....</b>	<b>10</b>
4.1. Emissão .....	10
4.2. Pagamento .....	11
4.3. Vencimento .....	11
4.4. Informação .....	11
<b>5. PRAZO .....</b>	<b>11</b>
5.1. Prazo .....	11
5.2. Contratos Financeiros .....	11
5.3. Devolução .....	11
<b>6. REEMBOLSO .....</b>	<b>12</b>
6.1. Redução .....	12
6.2. Reembolso .....	12
<b>7. TAXA DE JURO .....</b>	<b>12</b>
7.1. Taxa de Juro .....	12
7.2. Contagem de Juros .....	12
7.3. Mora .....	13
7.4. Capitalização de Juros .....	13
<b>8. COMISSÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>9. FIANÇA .....</b>	<b>13</b>
9.1. Constituição da Fiança .....	13
9.2. Limite .....	13
9.3. Benefício de Excussão Prévia .....	14
9.4. Execução .....	14
9.5. Prazo .....	14
<b>10. PENHOR FINANCEIRO DE DEPÓSITO .....</b>	<b>14</b>
10.1. Conta-Caução Ecobrejo .....	14
10.2. Conta-Caução Garante .....	14
10.3. Disponibilidade .....	14
10.4. Subsistência .....	15
10.5. Contrato de Formação Progressiva .....	15
10.6. Saldos Mínimos .....	15
10.7. Regime das Contas Bancárias .....	15
<b>11. OBRIGAÇÕES DAS ACCIONISTAS E DA GARANTE .....</b>	<b>16</b>

<b>12. DESPESAS E ENCARGOS .....</b>	<b>16</b>
12.1. Despesas.....	16
12.2. Débito das Contas-Caução.....	17
<b>13. IMPOSTOS.....</b>	<b>17</b>
13.1. Impostos.....	17
13.2. Retenção na Fonte .....	17
<b>14. CESSÃO PELO BANCO .....</b>	<b>18</b>
<b>15. IMPUTAÇÃO DO CUMPRIMENTO .....</b>	<b>18</b>
<b>16. COMUNICAÇÕES .....</b>	<b>18</b>
16.1. Forma.....	18
16.2. Banco Agente.....	18
16.3. Moradas e números.....	19
<b>17. CONFIDENCIALIDADE .....</b>	<b>19</b>
<b>18. MEIOS DE PROVA .....</b>	<b>19</b>
<b>19. ALTERAÇÕES AO CONTRATO.....</b>	<b>19</b>
<b>20. NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS .....</b>	<b>19</b>
<b>21. CÔMPUTO DO TERMO.....</b>	<b>20</b>
<b>22. OUTRAS DISPOSIÇÕES .....</b>	<b>20</b>
22.1. Boa fé.....	20
22.2. Vícios.....	20
22.3. Redução .....	20
22.4. Rúbricas .....	20
<b>23. LEI APLICÁVEL. TRIBUNAL COMPETENTE.....</b>	<b>20</b>
23.1. Lei.....	20
23.2. Jurisdição .....	21

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

## **ANEXOS**

- Anexo I** - Declarações e Garantias
- Anexo II** - Minuta da Caução da Concessão
- Anexo III** - Comunicações

## CONTRATO DE EMISSÃO DE GARANTIA BANCÁRIA COM FIANÇA E PENHOR FINANCEIRO SOBRE DEPÓSITO

Entre:

**Primeiro: CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 501 898 417, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil euros), neste acto representado pelas pessoas indicadas a final, de aqui em diante designado abreviadamente por “**Caixa BI**”;

**Segundo: AdAz - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, na Azambuja, com o capital social de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Azambuja, com o número de matrícula e pessoa colectiva 508 911 443, neste acto representado pelas pessoas indicadas a final, de aqui em diante designado por “**Concessionária**”;

**Terceiro: AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.**, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 293 -7.º, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 503 913 758, com o capital social de EUR 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil euros), neste acto representada pelas pessoas indicadas a final, de aqui em diante referida abreviadamente por “**Aquapor**”;

**Quarto: ECOBREJO – GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS E AMBIENTE, S.A.**, com sede na Estrada do Tojal, km 1, Ferraria – S. Pedro, 2480-188 Porto de Mós, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto de Mós, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 507 069 544, com o capital social de EUR 1.000.000,00 (um milhão de euros), neste acto representado pelas pessoas indicadas a final, de aqui em diante designada por “**Ecobrejo**”;

**Quinto: ÁGUAS DO VOUGA, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA REGIONAL DO CARVOEIRO, S.A.**, com sede na Estrada Nacional n.º 1, Km, em Albergaria-a-Velha, Aveiro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Albergaria-a-Velha com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 503 689 211, com o capital social de EUR 3.250.000,00 (três milhões duzentos e cinquenta mil euros), neste acto representado pelas pessoas indicadas a final, de aqui em diante designada por “**Garante**”;

Considerando que:

- A. Em 10 de Março de 2009, o Município da Azambuja proferiu despacho de adjudicação definitiva à Concessionária (“**Despacho**”) da concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais de Azambuja (“**Concessão**”);

- B. Nos termos do Despacho e do ponto 20.6 do respectivo programa de concurso, a Concessionária foi notificada para, no prazo de 30 dias a contar da data do Despacho, prestar a Caução da Concessão a favor do Concedente, no valor EUR 1.000.000,00 (um milhão de euros);
- C. A Caução da Concessão será emitida, a pedido da Concessionária, previamente à assinatura dos Contratos Financeiros;
- D. A Aquapor e a Ecobrejo pretendem garantir, perante os Bancos, o cumprimento de todas e quaisquer obrigações e responsabilidades que decorram para a Concessionária da emissão da Caução da Concessão pelos Bancos ou da sua execução pelo Concedente, incluindo o pagamento de quaisquer montantes devidos pela Concessionária ao abrigo da Caução da Concessão;
- E. Tendo em vista garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Aquapor na Fiança, a Garante pretende prestar caução mediante a constituição de penhor bancário sobre o depósito efectuado na Conta Depósito-Caução;
- F. A Aquapor detém uma participação correspondente a 74,98 (setenta e quatro vírgula noventa e oito) por cento do capital social da Concessionária e uma participação correspondente a 100 (cem) por cento do capital social da Garante;
- G. A Ecobrejo detém uma participação correspondente a 24,99 (vinte e quatro vírgula noventa e nove) por cento do capital social da Concessionária,

entre os Contraentes é celebrado o presente Contrato que se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I - INTERPRETAÇÃO**

### **1. DEFINIÇÕES**

#### **1.1. Definições**

No presente Contrato, incluindo respectivos considerandos e anexos, e salvo se de outro modo resultar do seu texto, os termos e expressões nele usados, iniciados por letra maiúscula, têm o significado seguinte:

- 1. **Accionistas:** a Aquapor e a Ecobrejo.
- 2. **Banco Agente:** o Caixa BI.
- 3. **Bancos:** a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Caixa BI e qualquer outra(s) instituição(ões) de crédito a quem qualquer um dos Bancos ceda, total ou parcialmente, os créditos de que é titular ao abrigo dos Contratos Financeiros ou a posição contratual emergente dos mesmos.

4. **Caução da Concessão:** a garantia bancária emitida pelo Caixa BI a pedido e por conta da Concessionária a favor do Concedente, destinada a garantir o cumprimento das suas obrigações ao abrigo do Contrato de Concessão.
5. **Concedente:** o Município de Azambuja.
6. **Conta-Caução Ecobrejo:** a conta bancária, com o número 002500100012766250090, de que a Ecobrejo é titular, junto do Caixa BI, onde se encontra depositado o Depósito-Caução Ecobrejo.
7. **Conta-Caução Garante:** a conta bancária, com o número 002500100012767050049, de que a Garante é titular, junto do Caixa BI, onde se encontra depositado o Depósito-Caução Garante.
8. **Contas-Caução:** a Conta-Caução Ecobrejo e a Conta-Caução Garante.
9. **Contraentes:** qualquer uma das partes, originária ou não, do presente Contrato.
10. **Contrato:** o presente contrato de emissão de garantia bancária com fiança e penhor financeiro, com os respectivos anexos, conforme venha a ser alterado nos termos nele previstos.
11. **Contrato de Concessão:** o contrato de concessão da exploração e gestão conjunta dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos do Município de Azambuja, a celebrar entre a Concessionária e o Concedente.
12. **Contratos Financeiros:** os contratos, nesta data em fase de negociação, a celebrar entre a Concessionária e os Bancos tendo em vista o financiamento das actividades integradas na Concessão.
13. **Data do Contrato:** o momento da celebração do presente Contrato.
14. **Declarações e Garantias:** as declarações e garantias constantes do Anexo I (*Declarações e Garantias*).
15. **Depósito-Caução Ecobrejo:** o depósito efectuado pela Ecobrejo na Conta Caução Ecobrejo, cujo montante não poderá em qualquer momento ser inferior a EUR 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros).
16. **Depósito-Caução Garante:** o depósito efectuado pela Garante na Conta Caução Garante, cujo montante não poderá em qualquer momento ser inferior a EUR 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros).
17. **Depósitos-Caução:** o Depósito-Caução Ecobrejo e o Depósito-Caução Garante.
18. **Despesas e Encargos:** as despesas e encargos previstos na Cláusula 12 (*Despesas e Encargos*).



19. **Dia Útil TARGET:** um dia em que o sistema de pagamentos TARGET 2 ("*Trans European Real-Time Gross Settlement Express Transfer System*") esteja em funcionamento.
20. **Euribor:** a média aritmética simples das cotações diárias das taxas de depósitos interbancários, para prazo de 1 (um) mês, 3 (três) meses ou de 6 (seis) meses, denominados em Euros, oferecidas na Zona da União Económica e Monetária por bancos de primeira linha, na base Actual/360, divulgada 2 (dois) Dias Úteis TARGET2 antes do início de cada Período de Contagem de Juros, na página 248 do *Telerate Screen* (ou outra página que a substitua), cerca das 11:00 (onze) horas de Bruxelas, arredondada à milésima. Caso para determinado Período de Contagem de Juros, a Euribor não seja divulgada nos termos e condições aqui previstos, será utilizada a Taxa Bancos de Referência.
21. **Fiança:** a fiança prestada pela Aquapor em benefício dos Bancos, nos termos da cláusula 9 (*Fiança*).
22. **Garantias:** as garantias constituídas e a constituir, destinadas a assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas, nos termos e condições previstos neste Contrato, nomeadamente no Capítulo IV (*Garantias*), as quais poderão ser executadas pelos Bancos para cobrança dos seus créditos.
23. **Obrigações Garantidas:** as Obrigações Garantidas Ecobrejo e as Obrigações Garantidas Garante, em conjunto.
24. **Obrigações Garantidas Ecobrejo:** todas e quaisquer obrigações e responsabilidades decorrentes do Contrato para a Concessionária, designadamente as que respeitam ao reembolso de capital, pagamento de juros (incluindo juros de mora), comissões, despesas, taxas, impostos e demais encargos resultantes da emissão pelos Bancos da Caução da Concessão ou da sua execução pelo Concedente, incorridos directa ou indirectamente pelos Bancos, bem como as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado e solicitador, em que os Bancos tenham de incorrer para garantia e cobrança dos seus créditos decorrentes deste Contrato, até ao limite de 25 (vinte e cinco) por cento.
25. **Obrigações Garantidas Garante:** todas e quaisquer obrigações e responsabilidades decorrentes do Contrato para a Aquapor, designadamente as que respeitam ao reembolso de capital, pagamento de juros (incluindo juros de mora), comissões, despesas, taxas, impostos e demais encargos resultantes da emissão pelos Bancos da Caução da Concessão ou da sua execução pelo Concedente, incorridos directa ou indirectamente pelos Bancos, bem como as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado e solicitador, em que os Bancos tenham de incorrer para garantia e cobrança dos seus créditos decorrentes deste Contrato e/ou da Fiança.
26. **Penhor Financeiro:** qualquer penhor constituído ao abrigo e nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 105/2004, de 8 de Maio e neste Contrato.

## **1.2. Referências**

Excepto se do texto resultar claramente o contrário, qualquer referência a uma cláusula entende-se como efectuada a uma cláusula deste Contrato e qualquer referência a um anexo entende-se como efectuada a um anexo a este Contrato.

## **1.3. Singular / Plural**

Excepto se do Contrato resultar claramente o contrário, os termos e expressões definidos no singular ou no plural (i) nesta cláusula, (ii) ao longo do texto do Contrato, incluindo, sem limitação os seus anexos, poderão ser utilizados, respectivamente, no plural ou no singular, com a correspondente alteração do seu significado.

## **1.4. Exemplificação**

Os termos e expressões precedidos pelas expressões “incluindo”, “nomeadamente” e “designadamente” não deverão ser considerados limitados a esses termos e expressões, mas apenas exemplificados por tais termos e expressões.

## **1.5. Epígrafes**

As epígrafes das cláusulas foram incluídas por razões de mera conveniência e não deverão ser consideradas na interpretação e integração do presente Contrato, excepto quando utilizadas em remissões, caso em que, em situação de contradição, prevalecerá sempre a epígrafe indicada.

## **1.6. Outros termos em maiúsculas**

Todos os termos e expressões iniciados por maiúsculas utilizados neste Contrato, que não estejam nele definidos, terão o significado que lhes é atribuído nos Contratos de Financiamento, cujos termos as partes declaram para todos os efeitos conhecer.

# **CAPÍTULO II - DECLARAÇÕES, GARANTIAS E DOCUMENTAÇÃO**

## **2. DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

### **2.1. Concessionária, Accionistas e Garante**

Sem prejuízo de outras declarações e garantias constantes do presente Contrato, cada uma das Concessionária, Accionistas e Garante reconhece e aceita que o presente Contrato foi celebrado pelos Bancos tendo em conta as respectivas Declarações e Garantias, cuja veracidade, actualidade, exactidão e integralidade são aqui garantidas por cada uma das Concessionária, Accionistas e Garante irrevogável, incondicionalmente e sem reservas.

## 2.2. Repetição e renovação

Todas e cada uma das Declarações e Garantias consideram-se repetidas e renovadas em cada dia desde a Data do Contrato até à data da confirmação, pelo Banco Agente, da verificação das condições suspensivas, nos termos dos Contratos Financeiros.

## 2.3. Alterações

Cada uma das Concessionária, Accionistas e Garante obriga-se a informar os Bancos sobre qualquer facto ou circunstância que altere as respectivas Declarações e Garantias, no prazo de 3 (três) Dias Úteis após dela ter conhecimento.

## 3. DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

As obrigações decorrentes para os Bancos do presente Contrato ficam suspensas até à recepção, pelos Bancos, em termos que os mesmos considerem satisfatórios, dos seguintes documentos:

- (a) Actas dos Órgãos Sociais. Da Concessionária, das Accionistas e da Garante, cópia certificada das actas das reuniões dos respectivos órgãos de administração, aprovando e autorizando a celebração do Contrato e, conforme aplicável, a prestação da Fiança e a constituição do Penhor Financeiro sobre as Contas-Caução, conforme aplicável, bem como todos os demais documentos com ele relacionados ou a ele instrumentais e conferindo plenos e amplos poderes aos seus legais representantes para os celebrar ou outorgar;
- (b) Certidões. Da Concessionária, das Accionistas e da Garante, cópia certificada de certidão do respectivo registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou entrega do respectivo código de acesso à certidão permanente;
- (c) Estatutos. Das Accionistas e da Garante, cópia certificada dos respectivos estatutos actualizados; e
- (d) Penhores Financeiros. Da Ecobrejo e da Garante, comprovativos da efectiva constituição do Penhor Financeiro sobre, respectivamente, a Conta-Caução Ecobrejo e a Conta-Caução Garante e da prática de todos os actos necessários, úteis ou convenientes para o seu averbamento e registo.

## CAPÍTULO III - EMISSÃO DA CAUÇÃO DA CONCESSÃO

### 4. GARANTIA BANCÁRIA

#### 4.1. Emissão

A Concessionária solicita nesta data ao Caixa BI, que aceita, a emissão de uma garantia bancária autónoma, à primeira solicitação (on first demand), a favor do Concedente no montante de EUR 1.000.000,00 (um milhão de euros), para garantia do cumprimento

pontual e atempado das obrigações para si emergentes do Contrato de Concessão, em termos idênticos aos da minuta constante do Anexo II (Minuta da Caução da Concessão).

#### **4.2. Pagamento**

A Concessionária autoriza o Caixa BI a efectuar os pagamentos que lhe sejam solicitados pelo Concedente, nos termos da Caução da Concessão, sem ter de apreciar a validade ou justificação dos pedidos de pagamento apresentados, renunciando a Concessionária a alegar qualquer excepção ou meio de defesa de que possa porventura prevalecer-se face ao Banco.

#### **4.3. Vencimento**

Em caso de execução da Caução da Concessão, o Caixa BI pagará directamente ao Concedente o montante solicitado no prazo de cinco dias após a recepção da respectiva interpelação.

#### **4.4. Informação**

O Caixa BI informará por escrito a Concessionária e as Accionistas de qualquer execução da Caução da Concessão pelo Concedente, bem como dos pagamentos que tenha que efectuar em consequência de tal execução.

### **5. PRAZO**

#### **5.1. Prazo**

A Caução da Concessão será válida até ao termo do primeiro aniversário após a extinção da Concessão, não produzindo quaisquer efeitos nem podendo ser efectuados quaisquer pagamento ao abrigo da mesma após essa data.

#### **5.2. Contratos Financeiros**

A partir da data da confirmação pelo Banco Agente da verificação das condições suspensivas previstas para o efeito nos Contratos Financeiros, a Caução da Concessão passará a reger-se pelos termos e condições que nos termos dos mesmos Contratos Financeiros lhe sejam aplicáveis, que prevalecerão sobre as disposições do presente Contrato que com eles sejam incompatíveis.

#### **5.3. Devolução**

As Accionistas obrigam-se a devolver ao Caixa BI o documento que titula a Caução da Concessão no prazo de 2 (dois) dias a contar da data em que a mesma deixe de produzir efeitos.

## 6. REEMBOLSO

### 6.1. Redução

Em caso de execução da Caução da Concessão, o respectivo montante reduzir-se-á imediatamente na medida do pagamento efectuado pelo Caixa BI.

### 6.2. Reembolso

Caso o Caixa BI efectue pagamentos ao abrigo da Caução da Concessão, observar-se-ão as seguintes regras:

- (a) Interpelação para Pagamento. Os Bancos notificarão a Concessionária, as Accionistas e a Garante, (i) informando-as do pedido de execução da Caução da Concessão e do montante dos pagamentos efectuados e em dívida e (ii) solicitando o respectivo reembolso;
- (b) Reembolso Imediato. A Concessionária e a Aquapor, na sua qualidade de fiadora, e até ao limite da respectiva responsabilidade previsto na cláusula 9.2., obrigam-se a reembolsar o Caixa BI dos montantes em dívida, no mesmo dia em que o Caixa BI solicite tais pagamentos e desde que tenham sido previamente notificadas nos termos da cláusula 4.4 (*Informação*) do pedido de execução da caução da Concessão;
- (c) Autorização de Débito. Caso o reembolso não seja efectuado pela Concessionária e/ou pela Aquapor nos termos do parágrafo anterior, a Ecobrejo e a Garante conferem ao Caixa BI, irrevogável e incondicionalmente, os poderes necessários para efectuar o débito directo dos montantes em dívida, na proporção de 25 (vinte e cinco) por cento por débito na Conta-Caução Ecobrejo e 75 (setenta e cinco) por cento por débito na Conta-Caução Garante para pagamento dos montantes em dívida.

## 7. TAXA DE JURO

### 7.1. Taxa de Juro

Em caso de execução da Caução da Concessão, os montantes de quaisquer pagamentos efectuados pelo Caixa BI vencerão juros à taxa Euribor acrescida de 1,75 (um vírgula setenta e cinco) por cento ao ano, até à data do respectivo reembolso.

A partir da data referida na cláusula 5.2 (*Contratos Financeiros*), os montantes de quaisquer pagamentos efectuados pelo Caixa BI em caso de execução da Caução da Concessão passarão a vencer juros à taxa prevista nos Contratos Financeiros.

### 7.2. Contagem de Juros

Os juros serão contados dia a dia sobre o capital em dívida, tomando como base um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias e o número real de dias decorridos.

### 7.3. Mora

Em caso de mora no pagamento de quaisquer montantes devidos ao abrigo do presente Contrato, e durante o período de tempo em que a mesma se verificar, serão devidos juros sobre os montantes em dívida à taxa prevista na cláusula 7.1 (*Taxa de Juro*) acrescida de 2 (dois) por cento ao ano, a título de cláusula penal.

### 7.4. Capitalização de Juros

Em caso de mora da Concessionária no pagamento de juros relativos à Caução da Concessão, os Bancos poderão capitalizar os juros em dívida em períodos não inferiores a 3 (três) meses.

## 8. COMISSÃO

A Concessionária obriga-se a pagar ao Caixa BI uma comissão de 1,50 (um vírgula cinquenta) por cento ao ano sobre o valor da Caução da Concessão, calculada dia a dia.

A comissão prevista no parágrafo anterior será paga trimestral e antecipadamente, com início na presente data.

## CAPÍTULO IV - GARANTIAS

### *Secção A - Fiança*

## 9. FIANÇA

### 9.1. Constituição da Fiança

A Aquapor garante pessoalmente aos Bancos, como principal devedora, até ao limite previsto na cláusula 9.2., o cumprimento de todas e quaisquer obrigações e responsabilidades da Concessionária designadamente as que respeitam ao reembolso de capital, pagamento de juros (incluindo juros de mora), comissões, despesas, taxas, impostos e demais encargos resultantes da emissão da Caução da Concessão ou da sua execução pelo Concedente, incorridos directa ou indirectamente pelos Bancos, bem como as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado e solicitador, em que os Bancos tenham de incorrer para garantia e cobrança dos seus créditos decorrentes da Caução da Concessão.

### 9.2. Limite

A responsabilidade da Aquapor ao abrigo da Fiança ficará limitada ao montante correspondente a 75 (setenta e cinco) por cento de quaisquer responsabilidades resultantes para a Concessionária da emissão da Caução da Concessão ou da sua execução pelo Concedente.

### **9.3. Benefício de Excussão Prévia**

A Aquapor renuncia expressamente ao seu benefício de excussão prévia, incluindo quando existam garantias reais constituídas.

### **9.4. Execução**

Sem prejuízo do disposto na cláusula 9.3 (*Benefício de Excussão Prévia*) anterior e da possibilidade de a Aquapor ser interpelada para cumprimento ou pagamento, os Bancos obrigam-se a, caso esta não cumpra as aludidas obrigações após interpelação, não executar o património da Aquapor antes de terem executado o Penhor Financeiro sobre a Conta-Caução Garante, na medida em que tal seja possível.

### **9.5. Prazo**

A presente Fiança permanecerá em vigor até à data, a partir da confirmação, pelos Bancos, da verificação das condições suspensivas previstas para o efeito nos Contratos Financeiros, em que se mostrem cumpridas todas as obrigações da Concessionária, constituídas previamente à referida confirmação, nos termos das cláusulas 4 (*Garantia Bancária*), 6 (*Reembolso*), 7 (*Taxa de Juro*) e 8 (*Comissão*) do presente Contrato.

### ***Secção B - Penhor Financeiro de Depósito***

## **10. PENHOR FINANCEIRO DE DEPÓSITO**

### **10.1. Conta-Caução Ecobrejo**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas Ecobrejo, a Ecobrejo constitui a favor dos Bancos, com a data-valor da Data do Contrato, Penhor Financeiro de primeiro grau, sobre a totalidade dos créditos correspondentes ao saldo existente em cada momento na Conta-Caução Ecobrejo.

### **10.2. Conta-Caução Garante**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas Garante, a Garante constitui a favor dos Bancos, com a data-valor da Data do Contrato, Penhor Financeiro de primeiro grau, sobre a totalidade dos créditos correspondentes ao saldo existente em cada momento na Conta-Caução Garante.

### **10.3. Disponibilidade**

Como consequência da constituição do Penhor Financeiro sobre as Contas-Caução:

- (a) Ecobrejo. A Ecobrejo confere aos Bancos, em exclusivo, a disponibilidade sobre a totalidade dos créditos correspondentes ao saldo existente em cada momento na Conta-Caução Ecobrejo, renunciando ao direito de movimentação da mesma até ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas Ecobrejo.

- (b) Garante. A Garante confere aos Bancos, em exclusivo, a disponibilidade sobre a totalidade dos créditos correspondentes ao saldo existente em cada momento na Conta-Caução Garante, renunciando ao direito de movimentação da mesma até ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas Garante.

#### **10.4. Subsistência**

Independentemente de o valor do saldo existente em cada momento nas Contas-Caução exceder o valor das respectivas Obrigações Garantidas, cada uma das Ecobrejo e Garante declara expressamente que o respectivo penhor não poderá ser reduzido nem limitado, nem as respectivas Contas-Caução poderão ser canceladas, resolvidas ou extintas antes do cumprimento integral das Obrigações Garantidas que cada uma das Contas-Caução assegura.

#### **10.5. Contrato de Formação Progressiva**

O valor dos créditos empenhados no âmbito da presente cláusula poderão aumentar e diminuir consoante e nos termos em que sejam creditadas ou debitadas as Contas-Caução, pelo que todas as disponibilidades monetárias que sejam, por qualquer razão, nela depositadas, incluindo juros, ficarão automaticamente empenhadas a favor dos Bancos, sem necessidade de declaração expressa ou tácita da Ecobrejo e/ou da Garante.

#### **10.6. Saldos Mínimos**

A Ecobrejo obriga-se a manter em permanência na Conta-Caução Ecobrejo, durante a vigência deste Contrato, um saldo mínimo de EUR 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros).

A Garante obriga-se a manter em permanência na Conta-Caução Garante, durante a vigência deste Contrato, um saldo mínimo de EUR 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros).

#### **10.7. Regime das Contas Bancárias**

O Penhor Financeiro dos créditos correspondentes ao saldo das Contas-Caução ficará ainda sujeito ao seguinte regime:

- (a) Informação. A Ecobrejo e a Garante ficam obrigadas a participar aos Bancos todo e qualquer acontecimento que modifique ou possa modificar os seus direitos sobre a respectiva Conta-Caução e respectivo saldo e, além disso, a não assinar quaisquer autos de penhora das mesmas, sem que desses autos fique a constar que tal saldo se encontra dado de Penhor Financeiro aos Bancos;
- (b) Execução. A Ecobrejo e a Garante expressamente acordam que, em caso de incumprimento de alguma das obrigações emergentes deste Contrato, os Bancos poderão executar o Penhor Financeiro sobre as Contas-Caução, total ou parcialmente, por uma ou mais vezes, fazendo seus os respectivos saldos;



- (c) Imputação. No caso de execução dos penhores, competirá aos Bancos o direito de fazer a designação de quais as dívidas que se considerarão como pagas, total ou parcialmente;
- (d) Devolução. Caso a quantia resultante da execução dos penhores exceda os créditos dos Bancos, estes colocarão à disposição da Ecobrejo e da Garante, na medida aplicável, o valor do excesso;
- (e) Duração. Os Penhores Financeiros sobre as Contas-Caução e respectivos saldos subsistem enquanto perdurarem quaisquer das responsabilidades que os mesmos asseguram perante os Bancos;
- (f) Termos e Condições. Em tudo o que não esteja regulado nesta cláusula, os Penhores Financeiros sobre as Contas-Caução e respectivos saldos, seguirão o regime do Penhor Financeiro previsto neste Contrato, aplicando-se ainda o que estiver disposto nas restantes cláusulas do Contrato.

## **11. OBRIGAÇÕES DAS ACCIONISTAS E DA GARANTE**

As Accionistas e a Garante expressamente reconhecem e reiteram que todas as obrigações por si assumidas no presente Contrato e no contrato subjacente aos Depósitos-Caução se mantêm integralmente válidas e em vigor até à data que, de entre as seguintes, primeiro ocorra:

- (a) Obrigações Garantidas. Data em que as Obrigações Garantidas se encontrarem integralmente cumpridas;
- (b) Documentos Financeiros. Caso as relações entre a Concessionária e os Bancos relativas à emissão da Caução da Concessão passem a ser reguladas pelos Contratos Financeiros, a partir da data da confirmação, pelo Banco Agente, da verificação das condições suspensivas previstas para o efeito nos Contratos Financeiros.

## **CAPÍTULO V - DESPESAS E IMPOSTOS**

### **12. DESPESAS E ENCARGOS**

#### **12.1. Despesas**

As Accionistas e a Garante obrigam-se a pagar prontamente e em qualquer caso no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após recebimento de pedido escrito dos Bancos para o efeito, devidamente acompanhado das correspondentes facturas e documentos de suporte:

- (a) Garantias. Todas as despesas, taxas, impostos, custos e encargos decorrentes da constituição, formalização, registo, publicitação, cancelamento, extinção e / ou

execução da Fiança, dos Penhores Financeiros sobre as Contas-Caução, incluindo o seu reforço e do Contrato;

- (b) Operações. Todos os custos, despesas, taxas, impostos e encargos decorrentes da realização das operações de processamento de fundos, aberturas de contas, depósito e transferências de bens e direitos e, em geral, das demais operações e transacções inerentes ao cumprimento do disposto neste Contrato;
- (c) Alterações e Renúncias. Todas as despesas, custos e encargos relacionados com a negociação e celebração de aditamentos ou modificações ao Contrato e com a análise e prestação de consentimentos, autorizações e / ou renúncias;
- (d) Despesas judiciais. As despesas judiciais e extrajudiciais em que os Bancos venham a incorrer para garantia e / ou cobrança dos créditos emergentes do presente Contrato;
- (e) Consultores Independentes. Todos os honorários, despesas, custos e encargos decorrentes da intervenção de consultores junto dos Bancos para efeitos do presente Contrato.

## 12.2. Débito das Contas-Caução

O montante das despesas e encargos referidos na cláusula 12.1 (*Despesas e Encargos*) anterior, poderá ser debitado em qualquer altura nas Contas-Caução, na proporção da responsabilidade prevista no parágrafo (c) da cláusula 6.2 (*Reembolso*), ficando pela presente e para esse efeito os Bancos devida, plena, irrevogável, definitiva e incondicionalmente autorizados.

## 13. IMPOSTOS

### 13.1. Impostos

Salvo se de outra forma for imposto por lei, todos os pagamentos a efectuar pela Concessionária, pelas Accionistas ou pela Garante, conforme aplicável, ao abrigo e nos termos deste Contrato serão realizados pelos seus valores brutos, sem qualquer retenção ou dedução de natureza fiscal.

### 13.2. Retenção na Fonte

Caso, por qualquer motivo, a Concessionária, as Accionistas ou a Garante, conforme aplicável, sejam legalmente obrigadas a proceder à retenção ou dedução de algum montante devido a qualquer dos Bancos ao abrigo deste Contrato ("**Valor Retido**"), a Concessionária, as Accionistas ou a Garante, conforme aplicável, obrigam-se a acrescer ao valor devido a quantia necessária ("**Montante Adicional**") para que o montante efectivamente recebido pelos Bancos ou por qualquer um deles, conforme o caso, depois de deduzido o Valor Retido, corresponda àquilo que inicialmente receberia, caso não tivesse sido efectuada aquela retenção ou dedução.

## **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

### **14. CESSÃO PELO BANCO**

Sem prejuízo do disposto no parágrafo *infra*, a Concessionária, as Accionistas e a Garante desde já concedem (de forma definitiva, irrevogável e incondicional) aos Bancos autorização prévia à cessão, total ou parcial, em conjunto ou separadamente, uma ou mais vezes, da actual posição contratual detida pelos Bancos no Contrato, e/ou dos créditos relativos a essa posição contratual e as respectivas Garantias.

A transmissão da posição contratual dos Bancos depende do acordo prévio da Concessionária, nos casos em que (i) tal cessão impuser à Concessionária custos acrescidos, seja qual for a respectiva natureza; e/ou (ii) a pretendida cessão não tenha como cessionário algum dos Bancos de Referência.

Entendem-se como Bancos de Referência os cinco principais bancos com sede em Portugal, considerando-se, na data de assinatura do Contrato, a CGD, o Banco Espírito Santo, S.A., o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A. e o Banco Santander Totta, S.A.

### **15. IMPUTAÇÃO DO CUMPRIMENTO**

Salvo se diferentemente estipulado neste Contrato ou acordado, por escrito, entre as partes, as quantias recebidas pelos Bancos, nos termos do presente Contrato, serão imputadas ao pagamento sucessivamente das respectivas despesas, impostos e encargos, indemnizações (incluindo juros de mora) e Obrigações Garantidas.

### **16. COMUNICAÇÕES**

#### **16.1. Forma**

Excepto se de outro modo previsto no presente Contrato, quaisquer comunicações a realizar no âmbito da sua execução serão efectuadas, por e-mail, por carta registada com aviso de recepção ou por telecópia, e ter-se-ão por realizadas, no caso da carta registada, na data da sua recepção e, no caso do e-mail ou da telecópia, na data da recepção no posto do destinatário se se verificar até às 17:00 horas ou, caso contrário, no primeiro Dia Útil seguinte.

#### **16.2. Banco Agente**

As informações, entregas, pedidos, notificações e demais comunicações a realizar aos Bancos ao abrigo do presente Contrato poderão ser efectuados apenas ao Banco Agente, nessa qualidade e as comunicações a realizar, pelos Bancos, à Concessionária, às Accionistas e/ou à Garante poderão ser realizadas apenas pelo Banco Agente, nessa qualidade.

### 16.3. Moradas e números

Para efeitos das comunicações a realizar nos termos dos números anteriores desta Cláusula 16 (*Comunicações*) e para efeitos de citação, em caso de litígio judicial, as moradas e os números de telecópia dos Contraentes constam do Anexo III (*Comunicações*) ou outras que para este efeito venham a ser indicados, nos termos aqui referidos, a todos os demais Contraentes.

### 17. CONFIDENCIALIDADE

Os Contraentes obrigam-se a manter em total e absoluta confidencialidade o conteúdo do presente Contrato, bem como o das negociações, passadas ou futuras, com eles relacionadas, incluindo os actos necessários e preparatórios à sua execução e ainda quaisquer informações, escritas ou verbais, de que tenham ou venham a ter conhecimento relacionados com o presente Contrato, excepto se e na estrita medida do necessário:

- (a) Autorizações. À obtenção de quaisquer autorizações, declarações, certidões, aprovações e consentimentos necessários à execução ou registo de qualquer um dos actos previstos no presente Contrato;
- (b) Litígio. Em caso de litígio, mas na medida do necessário à defesa dos seus interesses;
- (c) Autoridades de Supervisão, Judiciais ou outras. Ao cumprimento de deveres de informação a autoridades de supervisão, judiciais, administrativas ou outras.

### 18. MEIOS DE PROVA

Fica convencionado que (i) os extractos das Contas-Caução, (ii) os respectivos registos informáticos ou as suas reproduções em qualquer suporte, e, bem assim, (iii) todos os documentos de débito devidamente emitidos pelos Bancos, e relacionados com o presente Contrato, serão havidos para todos os efeitos legais como documentos suficientes para prova e determinação dos montantes em dívida e das operações e movimentos efectuados, tendo em vista a exigência, a justificação ou a reclamação judiciais dos créditos que dela resultem em qualquer processo.

### 19. ALTERAÇÕES AO CONTRATO

Qualquer alteração ao presente Contrato deverá revestir a forma de documento escrito assinado por todos os Contraentes.

### 20. NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

Salvo se de outro modo expressamente previsto no presente Contrato, o não exercício (total ou parcial) por qualquer um dos Contraentes dos direitos e faculdades dele emergentes, em nenhum caso poderá significar renúncia a tais direitos ou faculdades ou acarretar a sua caducidade, pelo que os mesmos manter-se-ão válidos e eficazes não obstante o seu não exercício.

## **21. CÔMPUTO DO TERMO**

Sempre que os prazos previstos no presente Contrato terminem em sábado, domingo ou dia feriado no município de Lisboa, os respectivos termos transferem-se para o Dia Útil subsequente, excepto se esse dia for um dia do mês de calendário seguinte, caso em que se transfere para o Dia Útil imediatamente anterior.

## **22. OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **22.1. Boa fé**

Os Contraentes declaram ter preparado, redigido e celebrado o presente Contrato com total e recíproca boa fé, correspondendo as respectivas declarações negociais ao sentido pelos mesmos efectivamente pretendido.

### **22.2. Vícios**

Se o Contrato vier a ser julgado nulo ou anulável, no todo ou em parte, ou impossível o seu cumprimento por disposição legal ou facto de terceiro, os Contraentes obrigam-se a praticar todos os actos e a celebrar todos os acordos que se mostrem necessários para atingir o mesmo resultado, sem a verificação dos vícios que tenham determinado a nulidade ou anulação do Contrato ou para tornarem possível o seu integral cumprimento.

### **22.3. Redução**

Se o Contrato vier a ser julgado parcialmente nulo ou anulável, os Contraentes acordam desde já que pretendem que o acordo se mantenha em vigor, com as disposições que não enfermem qualquer vício, desde que seja do interesse dos Contraentes e não se faça prova de que algum dos Contraentes não teria concluído o negócio sem a parte viciada.

### **22.4. Rúbricas**

Todas as folhas do presente Contrato e todos os seus anexos foram rubricados por qualquer um dos Ex.mos Senhores Dr. Duarte Brito de Goes, Dr. Gonçalo Noronha Andrade ou Dra. Susana Estevão Gonçalves, em nome e representação dos Bancos e do Banco Agente e por qualquer um dos Ex.mos Senhores Dr. Manuel Protásio, Dra. Matilde Horta e Costa ou Dra. Isabel Ornelas, em nome e representação da Concessionária, da Aquapor e da Garante.

## **23. LEI APLICÁVEL. TRIBUNAL COMPETENTE**

### **23.1. Lei**

O presente Contrato é regido pela lei Portuguesa.

### 23.2. Jurisdição

Para todas as questões emergentes do presente Contrato - da sua interpretação, integração, cumprimento, incumprimento, validade ou invalidade - é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro foro.

O presente Contrato foi celebrado em Lisboa, em 7 de Abril de 2009, em 2 (dois) exemplares, destinando-se um aos Bancos e um à Concessionária.

#### CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.



Nome: PEDRO CASARÇO

Qualidade: PROCURADOR



Nome: FRANCISCO VARDASZA

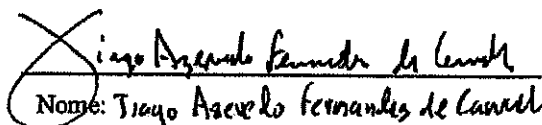
Qualidade: PROCURADOR

#### AdAz - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.



Nome: Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira

Qualidade: PRESIDENTE C.A.



Nome: Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

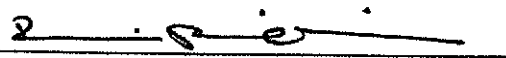
Qualidade: Vogal

#### AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.



Nome: António Manuel Mendes Pereira da Silva

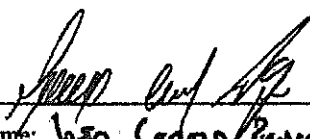
Qualidade: VOGAL



Nome: Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira

Qualidade: VOGAL

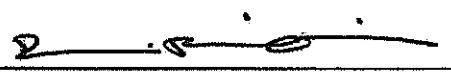
ECOBREJO - GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS E AMBIENTE, S.A.

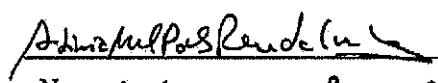
  
Nome: João Carlos Pinares  
Qualidade: ADMINISTRADOR

Nome:

Qualidade:

ÁGUAS DO VOUGA, S.A.

  
Nome: Diogo Manuel Lima Faria  
Qualidade: PRESIDENTE C.A.

  
Nome: António Manuel Pires Faria  
Qualidade: V. J. P.

## ANEXO I

### DECLARAÇÕES E GARANTIAS

1. A Concessionária declara e garante aos Bancos, com referência à Data do Contrato e em cada dia até à data da confirmação, pelo Banco Agente, da verificação das condições suspensivas, nos termos dos Contratos Financeiros, que:
  - (a) Celebração do Contrato. (a) A celebração do Contrato foi devidamente aprovada pelos seus órgãos sociais competentes, nos termos legais e estatutários; (b) não tem conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que possa pôr em causa a validade do Contrato; (c) tem capacidade para celebrar o Contrato e cumprir todas as obrigações nele assumidas de acordo com os seus termos; (d) a celebração e execução do Contrato não viola, de forma que tenha ou possa vir a ter, na opinião dos Bancos, um impacto negativo, (i) qualquer negócio jurídico ou instrumento por si celebrado, (ii) qualquer lei, regulamento ou decisão judicial ou arbitral que a vincule; (e) os direitos e obrigações por si constituídos no âmbito do Contrato são válidos, eficazes e oponíveis, de acordo e com as limitações previstas na lei aplicável; (f) a celebração e execução do Contrato não confere direito à resolução ou denúncia nem acarretará a resolução ou denúncia de quaisquer negócios jurídicos por si celebrados, nem o agravamento dos termos e condições que decorrem de qualquer um desses negócios em termos que tenham ou possam vir a ter, na opinião dos Bancos, um impacto negativo.
  - (b) Existência legal. (a) Encontra-se validamente constituída e registada na Conservatória do Registo Comercial competente; (b) os seus estatutos actualizados estão registados na Conservatória de Registo Comercial competente; (c) os seus estatutos em vigor à Data do Contrato são os constantes dos documentos entregues na Data do Contrato, não tendo sido deliberado, nem estando pendente de registo, a sua alteração.
  - (c) Factos Prejudiciais. Não tem conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que tenha ou possa vir a ter, na opinião dos Bancos, um impacto negativo.
  - (d) Impostos e Contribuições para a Segurança Social. Não se encontra em situação de mora ou incumprimento de qualquer obrigação fiscal ou perante a Segurança Social, incluindo qualquer obrigação de apresentar declarações, efectuar retenções ou de pagar quaisquer impostos, retenções fiscais, taxas, respectivos juros e penalidades, e contribuições incluindo contribuições para com a Segurança Social, salvo no caso de tais circunstâncias terem sido objecto de contestação de boa fé.
  - (e) Informações. Todas as informações prestadas e documentação entregue aos Bancos (incluindo respectivos consultores) para efeitos da negociação e celebração do Contrato é verdadeira, completa e exacta, em todos os



aspectos substancialmente relevantes, produzida de acordo com as normas legais ou com os usos normais do comércio (caso não haja regulamentação legal), não omitindo qualquer facto, circunstância ou acto substancialmente relevantes relativos à Concessionária de que os Bancos devam ter conhecimento, ou que possam alterar o respectivo conteúdo ou que a possa tornar inverídica ou enganosa.

2. Cada uma das Aquapor, Ecobrejo e Garante, conforme aplicável, declara e garante aos Bancos, com referência à Data do Contrato e em cada dia até à data da confirmação, pelo Banco Agente, da verificação das condições suspensivas, nos termos dos Contratos Financeiros, que:

- (a) Celebração do Contrato. (a) A celebração do Contrato foi devidamente aprovada pelos seus órgãos sociais competentes, nos termos legais e estatutários; (b) não tem conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que possa pôr em causa a validade do Contrato; (c) tem capacidade para celebrar o Contrato e cumprir todas as obrigações nele assumidas de acordo com os seus termos; (d) a celebração e execução do Contrato não viola, de forma que tenha ou possa vir a ter, na opinião dos Bancos, um impacto negativo, (i) qualquer negócio jurídico ou instrumento por si celebrado, (ii) qualquer lei, regulamento ou decisão judicial ou arbitral que a vincule; (e) os direitos e obrigações por si constituídos no âmbito do Contrato são válidos, eficazes e oponíveis, de acordo e com as limitações previstas na lei aplicável; (f) a celebração e execução do Contrato não confere direito à resolução ou denúncia nem acarretará a resolução ou denúncia de quaisquer negócios jurídicos por si celebrados, nem o agravamento dos termos e condições que decorrem de qualquer um desses negócios em termos que tenham ou possam vir a ter, na opinião dos Bancos, um impacto negativo.
- (b) Contas-Caução. (a) A Conta-Caução Ecobrejo, no caso da Ecobrejo e a Conta-Caução Garante, no caso da Garante, encontra-se devidamente aberta no respectivo nome; (b) a Conta-Caução Ecobrejo, no caso da Ecobrejo e a Conta-Caução garante, no caso da Garante, encontra-se livre de quaisquer outros ónus ou encargos para além dos criados pelo presente Contrato, declarando a Ecobrejo e a Garante designadamente que não deram em penhor ou em garantia, sob qualquer outra forma, nem concederam opção ou transferiram os créditos emergentes da Conta-Caução Ecobrejo, no caso da Ecobrejo e a Conta-Caução garante, no caso da Garante, nem prometeram, efectuaram propostas nesse sentido ou aceitaram fazê-lo, com excepção do penhor financeiro de depósitos previstos no Contrato.
- (c) Existência legal. (a) Encontra-se validamente constituída e registada na Conservatória do Registo Comercial competente; (b) os seus estatutos actualizados estão registados na Conservatória de Registo Comercial competente; (c) os seus estatutos em vigor à Data do Contrato são os constantes dos documentos entregues na Data do Contrato, não tendo sido deliberado, nem estando pendente de registo, a sua alteração.

- (d) Factos Prejudiciais. Não tem conhecimento de qualquer facto, circunstância, acto ou omissão que tenha ou possa vir a ter, na opinião dos Bancos, um impacto negativo, na Concessão ou na Concessionária.
- (e) Impostos e Contribuições para a Segurança Social. Não se encontra em situação de mora ou incumprimento de qualquer obrigação fiscal ou perante a Segurança Social, incluindo qualquer obrigação de apresentar declarações, efectuar retenções ou de pagar quaisquer impostos, retenções fiscais, taxas, respectivos juros e penalidades, e contribuições incluindo contribuições para com a Segurança Social, salvo no caso de tais circunstâncias terem sido objecto de contestação de boa fé.
- (f) Informações. Todas as informações prestadas e documentação entregue aos Bancos (incluindo respectivos consultores) para efeitos da negociação e celebração do Contrato é verdadeira, completa e exacta, em todos os aspectos substancialmente relevantes, produzida de acordo com as normas legais ou com os usos normais do comércio (caso não haja regulamentação legal), não omitindo qualquer facto, circunstância ou acto substancialmente relevantes relativos à Garante de que os Bancos devam ter conhecimento, ou que possam alterar o respectivo conteúdo ou que a possa tornar inverídica ou enganosa.
- (g) Interesse. Possui justificado interesse próprio, respectivamente, na constituição, respectivamente, da Fiança, do Penhor Financeiro sobre a Conta-Caução Ecobrejo e do Penhor Financeiro sobre a Conta-Caução Garante, nos termos do presente Contrato;
- (h) Penhor Financeiro. O Penhor Financeiro sobre a Conta-Caução Ecobrejo e o Penhor Financeiro sobre a Conta-Caução Garante constituídos, respectivamente, pela Ecobrejo e pela Garante é de primeiro grau, pelo que terá prevalência sobre quaisquer outras garantias constituídas ou a constituir, e não se encontra sujeito a oposição em sede de liquidação ou insolvência, composição de créditos ou outro mecanismo similar, sem prejuízo de quaisquer privilégios creditórios imperativamente conferidos por lei.

## ANEXO II

### MINUTA DA CAUÇÃO

#### GARANTIA BANCÁRIA N.º [ ● ]

A pedido de AdAz - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A., sociedade anónima, com sede em [ ● ], com o capital social de EUR 50.000 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [ ● ], com o número único de matrícula e pessoa colectiva [ ● ], (doravante designada por "Concessionária"), vem o Caixa - Banco de Investimento, S.A. com sede em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 501 898 417, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil euros) (doravante designada por "Banco"), prestar a favor de CAMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA (doravante designada por "Beneficiária"), uma garantia bancária no valor de EUR 1.000.000,00 (um milhão de Euros) correspondente a 30% do valor do contrato de "Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais de AZAMBUJA" (doravante designada por "Concessão"), a celebrar entre as Partes.

1. A presente garantia bancária serve para garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionária, no âmbito do mencionado contrato de Concessão.
2. A presente garantia é irrevogável e à primeira solicitação ("*First Demand*"), não podendo ser alterada sem expresse consentimento da CAMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA.
3. A presente garantia bancária serve para caucionar o cumprimento das obrigações da Concessionária emergentes daquele contrato, não podendo a mesma ser executada pela Beneficiária sem que esta faça prova, perante o Banco, de haver notificado a Concessionária da execução, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência.
4. Em caso de execução da presente garantia bancária nos termos do número anterior, o Banco obriga-se a pagar à Beneficiária, por uma ou mais vezes, no prazo de 5 (cinco) dias a contar de solicitação que lhe seja por esta dirigida, qualquer quantia por ele indicada até à concorrência do valor garantido.
5. No caso de o termo do prazo indicado no número anterior ocorrer em dia em que os bancos não estejam abertos ao comércio na cidade de Lisboa, o pagamento solicitado pela Beneficiária deverá estar disponível, até às 12 (doze) horas do primeiro dia útil imediatamente seguinte, na conta bancária para o efeito indicada por este, na solicitação referida no número anterior.

6. Os pedidos que forem dirigidos pela Beneficiária ao Banco ao abrigo desta garantia deverão ser remetidos por telefax para os números +351 21 389 6713 e +351 21 313 7398, devendo o original ser entregue em mão, no prazo de 3 dias, nas instalações do Banco na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, 1269-057, em Lisboa, e ter-se-ão por realizadas, no caso de carta registada na data da sua recepção e no caso de telefax no momento da sua recepção no posto do destinatário, se se verificar até às 18 (dezoito) horas, ou, após esta hora, no primeiro dia útil seguinte.
7. O pedido de pagamento de quaisquer quantias ao abrigo da presente garantia bancária deverá ser acompanhado de fotocópia simples da procuração ou documento que confere ou exhibe os poderes do respectivo signatário. O prazo de que o Banco dispõe para realizar o pagamento conta-se, para todos os efeitos, a partir da hora da recepção do telefax acima referido.
8. Os pagamentos a efectuar pelo Banco nos termos desta garantia serão processados através de transferência bancária para a conta constante do pedido remetido pela Beneficiária, com data-valor não posterior ao prazo indicado em 4. e 5. supra.
9. A presente garantia permanecerá em vigor até um ano após a extinção da Concessão, não podendo ser atendida qualquer reclamação que ao Banco seja endereçada após as 17 (dezassete) horas do último dia daquele prazo.
10. A presente garantia está sujeita à lei Portuguesa e o foro da comarca de Lisboa é exclusivamente competente para dirimir qualquer litígio que com ela se relacione.

Lisboa, [ ● ] de Abril de 2009

---

(assinatura de quem obrigue reconhecida nessa qualidade)

**ANEXO III**  
**COMUNICAÇÕES**

**Caixa - Banco de Investimento, S.A.**

A/c Dr. Paulo Silva / Dr. Sérgio Sequeira  
Morada: Rua Barata Salgueiro, 33  
1269-057 Lisboa  
Tel: + 351 213137369 /213137362  
Fax: + 351 213896713  
E-mail: paulo.silva@caixabi.pt / sergio.sequeira@caixabi.pt

**AdAz - Águas da Azambuja, S.A.**

A/c Eng. Diogo Faria de Oliveira  
Morada: Rua Teodoro José da Silva,  
Edifício Atrium Azambuja, 37  
2050-335 Azambuja  
Tel: + 351 21 792 86 70  
Fax: + 351 21 797 46 49  
E-mail: doliveira@aquaporservicos.pt

**Aquapor - Serviços, S.A.**

A/c Eng. Diogo Faria de Oliveira  
Morada: Rua Teodoro José da Silva,  
Edifício Atrium Azambuja, 37  
Tel: + 351 21 792 86 70  
Fax: + 351 21 797 46 49  
E-mail: doliveira@aquaporservicos.pt

**Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.**

A/c Sr. João Cerejo Pragosa  
Morada: Estrada do Tojal, km 1, Ferraria-S.Pedro  
2480-188 Porto de Mós  
Tel: +351 244 480 120  
Fax: +351 244 481 049

**Águas do Vouga, S.A.**

A/c Eng. Diogo Faria de Oliveira  
Morada: Estrada Nacional N.º1, Lugar Feira Nova  
3850-200 Albergaria-a-Velha  
Tel: +351 234 520 090  
Fax: +351 234 520 099  
E-mail: doliveira@aquaporservicos.pt

## RECONHECIMENTO

Nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, no Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de Janeiro, no Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de Agosto e na Portaria 657-B/2006, de 29 de Junho, reconheço as assinaturas apostas no documento anexo, constituído por duas folhas só com frente, que carimbei e rubriquei, de Mário Francisco de Almeida Verdasca Pereira, solteiro, natural da Sé Nova, Coimbra, titular do bilhete de identidade número 9877117, de 27/03/2007, emitido em Lisboa pelos SIC, e de Pedro Miguel de Brito Cabaço, casado, natural de S. Sebastião, Setúbal, titular do bilhete de identidade n.º 8112341, datado de 07/01/2008, emitido em Lisboa pelos SIC, ambos com domicílio profissional na Rua Barata Salgueiro, nº 33, em Lisboa, na qualidade de procuradores do CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A., com sede na Rua Barata Salgueiro número 33, freguesia de Coração de Jesus, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 501898417, com o capital social de €81.250.000, com poderes para o acto, conforme verifiquei pela procuração outorgada pelo CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A. em 06 de Agosto de 2008, que me foi exibida e que restituí.

O presente reconhecimento é feito gratuitamente.

Lisboa, 08 de Abril de 2009.

Registo nº. 4960 L | 4-4

O Advogado

**ANTÓNIO GRADA FERREIRA**  
ADVOGADO CÉDULA n.º 4960  
Av. Celumbano II, Pinheiro, 71-6.º E  
T. 217 266 110-1000-061 LISBOA  
C. F. 144 677 555

A. Grada Ferreira

1

W  
E

**GARANTIA BANCÁRIA N.º 508 660**

A pedido de AdAz - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A., sociedade anónima, com sede na Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, na Azambuja, com o capital social de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Azambuja, com o número de matrícula e pessoa colectiva 508 911 443, (doravante designada por "Concessionária"), vem o Caixa - Banco de Investimento, S.A. com sede em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 501 898 417, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil euros) (doravante designada por "Banco"), prestar a favor de CAMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA (doravante designada por "Beneficiária"), uma garantia bancária no valor de EUR 1.000.000,00 (um milhão de Euros) correspondente a 30% do valor do contrato de "Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais de AZAMBUJA" (doravante designada por "Concessão"), a celebrar entre as Partes.

1. A presente garantia bancária serve para garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionária, no âmbito do mencionado contrato de Concessão.
2. A presente garantia é irrevogável e à primeira solicitação ("First Demand"), não podendo ser alterada sem expresso consentimento da CAMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA.
3. A presente garantia bancária serve para caucionar o cumprimento das obrigações da Concessionária emergentes daquele contrato, não podendo a mesma ser executada pela Beneficiária sem que esta faça prova, perante o Banco, de haver notificado a Concessionária da execução, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência.
4. Em caso de execução da presente garantia bancária nos termos do número anterior, o Banco obriga-se a pagar à Beneficiária, por uma ou mais vezes, no prazo de 5 (cinco) dias a contar de solicitação que lhe seja por esta dirigida, qualquer quantia por ele indicada até à concorrência do valor garantido.
5. No caso de o termo do prazo indicado no número anterior ocorrer em dia em que os bancos não estejam abertos ao comércio na cidade de Lisboa, o pagamento solicitado pela Beneficiária deverá estar disponível, até às 12 (doze) horas do primeiro dia útil imediatamente seguinte, na conta bancária para o efeito indicada por este, na solicitação referida no número anterior.
6. Os pedidos que forem dirigidos pela Beneficiária ao Banco ao abrigo desta garantia deverão ser remetidos por telefax para os números +351 21 389 6713 e +351 21 313 7398, devendo o original ser entregue em mão, no prazo de 3 dias, nas instalações do Banco na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, 1269-057, em Lisboa, e ter-se-ão por realizadas,

**ANTÓNIO GRACIA FERREIRA**

ADVOCADO - CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO

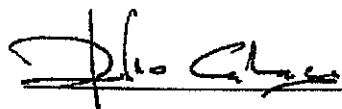
Sede: Rua Barata Salgueiro, 33 - 1269-057 Lisboa PORTUGAL - Tel.: (+351) 21 313 7398 - Fax: (+351) 21 313 7398  
Av. de França, 42 - 4050-270 Porto PORTUGAL - Tel.: (+351) 22 607 09 00 - Fax: (+351) 22 600 24 25  
Matriculado na Cons. Reg. Com. de Lisboa com o N.º de Identificação de Pessoa Colectiva 501 898 417 - Cap. Social € 81  
caixabi@caixabi.pt - www.caixabi.pt

C. F. 144 532

no caso de carta registada na data da sua recepção e no caso de telefax no momento da sua recepção no posto do destinatário, se se verificar até às 18 (dezoito) horas, ou, após esta hora, no primeiro dia útil seguinte.

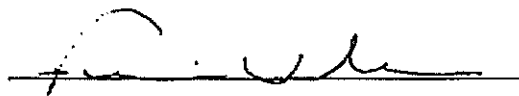
7. O pedido de pagamento de quaisquer quantias ao abrigo da presente garantia bancária deverá ser acompanhado de fotocópia simples da procuração ou documento que confere ou exhibe os poderes do respectivo signatário. O prazo de que o Banco dispõe para realizar o pagamento conta-se, para todos os efeitos, a partir da hora da recepção do telefax acima referido.
8. Os pagamentos a efectuar pelo Banco nos termos desta garantia serão processados através de transferência bancária para a conta constante do pedido remetido pela Beneficiária, com data-valor não posterior ao prazo indicado em 4. e 5. supra.
9. A presente garantia permanecerá em vigor até um ano após a extinção da Concessão, não podendo ser atendida qualquer reclamação que ao Banco seja endereçada após as 17 (dezassete) horas do último dia daquele prazo.
10. A presente garantia está sujeita à lei Portuguesa e o foro da comarca de Lisboa é exclusivamente competente para dirimir qualquer litígio que com ela se relacione.

Lisboa, 8 de Abril de 2009



Nome: **PEDRO CANAS**

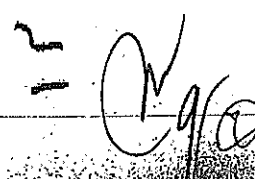
Qualidade: **PROCURADOR**



Nome: **FRANCISCO VARDASCA**

Qualidade: **PROCURADOR**

**ANTÓNIO GRADA FERREIRA**  
ADVOCADO - O.º 4960  
Av. 21 de Abril, 110-1000-001 LISBOA  
T: 213 265 110-1000-001  
C: 1-144 627 555







## REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03  
Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

**Dr.(a) António P Grada Ferreira**  
CÉDULA PROFISSIONAL: 4960L

### IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Reconhecimento com menções especiais por semelhança

### IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Caixa - Banco de Investimento, SA  
NIPC n.º. 501898417

### OBSERVAÇÕES

Reconhecimento das assinaturas de Mário Francisco de Almeida Verdasca Pereira e de Pedro Miguel de Brito Cabaço, na qualidade de procuradores de Caixa-Banco de Investimento, SA, com poderes para o acto.

EXECUTADO A: 2009-04-08 13:09

REGISTADO A: 2009-04-08 13:09  
COM O N.º: 4960L/404

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=7842865+052709>.